

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
FACULDADE DE MEDICINA  
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

HANNA ALVES DA COSTA DE MELLO ROSSI

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TERAPIA OCUPACIONAL E A  
QUESTÃO DAS DROGAS: uma revisão de literatura nos periódicos  
nacionais de Terapia Ocupacional**

RIO DE JANEIRO  
2018

HANNA ALVES DA COSTA DE MELLO ROSSI

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TERAPIA OCUPACIONAL E A  
QUESTÃO DAS DROGAS: uma revisão de literatura nos periódicos  
nacionais de Terapia Ocupacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Akemi Takeiti.  
Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia.

RIO DE JANEIRO  
2018

HANNA ALVES DA COSTA DE MELLO ROSSI

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TERAPIA OCUPACIONAL E A  
QUESTÃO DAS DROGAS: uma revisão de literatura nos periódicos  
nacionais de Terapia Ocupacional**

Trabalho de Conclusão de Curso para apresentação  
no Departamento de Terapia Ocupacional da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção de grau  
em Terapia Ocupacional.

APROVADO EM: \_\_\_ / \_\_\_ / 201\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Akemi Takeiti – Orientadora

---

Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia – Co-orientador

---

Profa. Mestre Keronlay da Silva Machado - Membro da Banca

## RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O contexto de violência no Brasil em relação ao combate ao tráfico de drogas, a marginalização e estigmatização das/os usuárias/os de substâncias psicoativas somadas ao contato insuficiente com a temática durante a graduação de Terapia Ocupacional, sendo este o estopim, motivaram a construção desse trabalho.

**OBJETIVOS:** Analisar o que a literatura tem informado sobre a temática das drogas na formação profissional em Terapia Ocupacional, além de analisar como a formação em Terapia Ocupacional tem favorecido o debate sobre a temática das drogas.

**METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa do tipo revisão de literatura, com abordagem qualitativa, nas plataformas que hospedam os periódicos nacionais vigentes de Terapia Ocupacional - Revista de Terapia Ocupacional da USP, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. Analisaram-se, também, as ementas de disciplinas de Saúde Mental dos cursos de Terapia Ocupacional de dez Instituições públicas de Ensino Superior no Brasil.

**RESULTADOS:** Dos 111 textos totais encontrados, 76,6% (85) eram da Revista de Terapia Ocupacional da USP, 20,7% (23) eram dos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e 2,7% (três) eram da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. Após a eliminação dos artigos por meio dos critérios de exclusão, seis foram utilizados na análise.

**DISCUSSÃO:** A maior parte dos textos apontou a necessidade de educação continuada para a atenção às/aos usuárias/os de álcool e drogas (4), sendo que um deles também mencionou a insuficiente discussão sobre a temática durante a formação acadêmica. Os outros dois textos apenas apontaram a pouca carga horária, durante a graduação, para a atenção às/aos usuárias/os de substâncias psicoativas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Reforça-se a necessidade de serem produzidos artigos, na Terapia Ocupacional, que discorram sobre a formação profissional – principalmente a acadêmica - e a atenção às/aos usuárias/os de drogas, sendo posteriormente publicadas nos periódicos nacionais. Além disso, devido à complexidade da temática das drogas e da amplitude de assuntos existentes no campo da Saúde mental, entende-se que a abordagem em uma única



disciplina é insuficiente para a construção de futuras/os profissionais capazes de lidar com a questão para além da denominada dependência. O tráfico, a repressão policial e as violências consequentes são também importantes de serem trazidos à discussão para a reflexão e atuação profissional que não ignorem os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos dos sujeitos e do país.

**Palavras-chave:** drogas, formação, graduação, terapia ocupacional.

## ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The violence context in Brazil regarding the combat to the drug trafficking, the marginalization and estigmatização of the drugs users added up to the insufficient contact with the theme during the graduation of Occupational Therapy, being this the fuse, they motivated the construction of this work

**OBJECTIVES:** Analysing what the literature has been informing about the theme of the drugs in the professional formation in Occupational Therapy, besides analysing like the University graduate in Occupational Therapy has been favoring the discussion on the theme of the drugs

**METHODOLOGICAL PROCESSES:** It is a literature review, with qualitative approach, in the platforms of the national magazines of Occupational Therapy - Revista de Terapia Ocupacional da USP, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. The menus of disciplines of Mental Health of the courses of Occupational Therapy of ten public Institutions of Higher Education Institutions in Brazil were also analysed

**RESULTS:** Of 111 considered total texts, 76,6 % (85) were from Revista de Terapia Ocupacional da USP, 20,7% (23) were from Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional and 2,7% (três) were from Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. After the elimination of the articles through the exclusion criteria, six were used in the analysis

**DISCUSSIONS:** Most of the texts pointed to the necessity of continued education for the attention to alcohol and drugs users (4), being that one of them also mentioned the insufficient discussion on the theme during the academic formation. Others two texts only pointed little to workload, during the graduation, for the attention to psychoactive substances users

**CONCLUSIONS:** The necessity of the production of articles, in the Occupational Therapy, which they talk about the professional formation – mainly the academic one - and the attention to drugs users is reinforced, being subsequently published in the national magazines. Besides, due to the complexity of the theme of the drugs and of the amplitude of existent subjects in the field of the mental Health, it understands that the approach in the only discipline is insufficient for the construction of future professionals able to deal with the question besides the so-called dependence. The traffic, the police repression and the consequent violence are also

important of being brought to the discussion to the reflection and professional acting that there do not ignore the social, economical, cultural and political contexts of the subjects and of the country.

**Key-words:** drugs, formation, university graduate, occupational therapy.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 QUADRO TEÓRICO</b> .....	<b>11</b>
2.1 Drogas e políticas públicas no Brasil .....	11
2.2 Formação em Terapia Ocupacional e o ensino na graduação sobre a temática das drogas .....	16
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>20</b>
3.1 Objetivos Gerais.....	20
3.2 Objetivos Específicos .....	20
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>21</b>
<b>5 RESULTADOS</b> .....	<b>24</b>
5.1 Análise das ementas.....	29
<b>6 DISCUSSÃO</b> .....	<b>32</b>
6.1 Prática Profissional em serviço e Educação Continuada .....	32
6.2 Drogas e formação graduada em Terapia Ocupacional.....	37
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com as substâncias psicoativas é milenar, sendo o seu uso para a sobrevivência - devido a condições geográficas, como o clima e o relevo ou à cura de doenças -, para rituais espirituais ou mesmo para o prazer (ALARCON, 2014). No entanto, é a partir do séc. XIX, e mais intensamente no séc. XX, que essa relação passa a ser de combate e proibição de sua produção, comércio e usos. Segundo Fiore (2012), a Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), sob a administração da Organização das Nações Unidas (ONU), tornou global o paradigma proibicionista. De acordo com o mesmo autor, os países signatários, dentre eles o Brasil, comprometeram-se a lutar contra as drogas e a penalizar aqueles que as produzissem, vendessem ou consumissem, tornando essas práticas ilegais. O investimento no proibicionismo ocorreu por conta de vários fatores, dentre eles o extremismo político do puritanismo nos Estados Unidos da América (EUA), o interesse da indústria farmacêutica pelo controle da produção de drogas, os conflitos geopolíticos do século e a pressão da classe rica pelo descontentamento com a chamada desordem urbana (FIORE, 2012). O autor acrescenta que, no caso do Brasil, os documentos oficiais construídos com base nesse paradigma seguiram fielmente as influências norte-americanas. É importante destacar que o proibicionismo tornou algumas substâncias ilegais, enquanto que outras, como o álcool, o tabaco e as produzidas pela indústria farmacêutica, por exemplo, ficaram na legalidade, sendo essas definições realizadas a partir de injunções culturais e econômicas arbitrárias (CARNEIRO, 2002).

Ressaltando o Brasil, a chamada “guerra às drogas” não finda a produção e comércio dessas substâncias, assim como provoca um aumento da violência. A atuação do Estado, através de policiais (e oficiais do exército), costuma ocorrer em territórios vulneráveis onde há a falha do poder público na garantia de direitos fundamentais. Essas ações, segundo Fiore (2012), atingem o “mercado varejista” que é o que menos angaria recursos com esse comércio e acaba por ser uma das causas do grande aumento do encarceramento em vários países. Além disso, essas atuações de segurança pública ignoram que “há substituição permanente de função e que apenas uma pequena parte do que circula no mercado é apreendida” (FIORE, 2012). E embora o consumo não seja mais considerado crime no Brasil, as

particularidades analisadas para definir se a quantidade apreendida é para uso próprio ou tráfico são inconsistentes e abrem possibilidade de múltiplas interpretações:

“Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (Lei N° 11.343/2006, art. 28°, parágrafo 2°).

A partir da leitura crítica dessas especificidades, por meio do conhecimento do racismo estrutural brasileiro e da existência de territórios negligenciados pelo poder público, pode-se dizer que os criminalizados têm cor, classe e idade.

Na segurança pública, portanto, há o proibicionismo e a repressão violenta do tráfico de drogas em localidades que apenas são visíveis para o Governo Federal nesse aspecto. E na saúde pública? O olhar nessa área volta-se às/aos usuárias/os.

Estigmatizados pela sociedade como imorais e perigosos, a moralidade que sustenta o proibicionismo também mantém a ideia da abstinência, pela população em geral, como objetivo único a ser alcançado em um tratamento. Por muitos anos, a saúde pública, por não haver políticas estruturadas voltadas ao atendimento de usuárias/os de substâncias psicoativas, ficou ausente no cuidado, sendo este realizado por instituições filantrópicas e/ou religiosas que pouco poderiam atender com qualidade esse público (DELGADO, 2005). Com a luta Antimanicomial, a partir dos anos 70, influenciada pela Reforma Sanitária e pelo novo olhar sobre o sistema de saúde pública, conquistas na legislação foram atingidas, sendo a primeira delas a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica.

Desde então, os serviços especializados que atendem as/os usuárias/os de drogas são do campo da saúde mental. Ainda que, desde 2001, diversos documentos oficiais tenham sido construídos a fim de avançar e melhorar esse campo, a prática profissional necessita superar ideias sustentadas pelo moralismo – muitas vezes religioso – e pelo desconhecimento das políticas e de outros documentos, principalmente na atenção à usuárias/os de substâncias psicoativas, a começar pela forma como eles são denominados. De acordo com Conselho Federal de Psicologia (2013), uma clínica antimanicomial não deve deixar de questionar a designação que a sociedade dá em relação ao vício e àqueles que utilizam as drogas: “drogado, delinquente, criminoso, pecador ou doente” são identidades

marginais que acabam por não identificar os indivíduos classificados como tal como cidadãos. Ainda segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), é essencial que haja a desconstrução dessas identidades para que o cuidado seja realizado atentando-se a singularidade de cada sujeito atendido.

A violência seletiva do Estado, a marginalização e estigmatização das/os usuárias/os de drogas pela sociedade e o debate da legalização/descriminalização entre colegas de curso – fora das salas de aulas da universidade - incitaram o incômodo e a conseqüente mobilização para saber mais sobre o assunto. O contato insuficiente com a temática durante a graduação – sendo restrito à disciplina de saúde mental e, mesmo assim, pouco abordado –, somada à experiência de estágio no Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de drogas (PROJAD) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB) aumentaram a motivação em busca de mais conhecimentos sobre a temática das drogas e seus atravessamentos.

Diante da complexidade do assunto, alguns questionamentos surgiram em torno do tema: como tem sido a formação em terapia ocupacional no tocante a questão da temática das drogas? Como os currículos preparam profissionais terapeutas ocupacionais para atuarem nesta problemática? Como as práticas de intervenção e as pesquisas estão sendo divulgadas? O que a literatura nacional tem informado sobre Terapia Ocupacional e formação para as drogas? Esses e outros questionamentos seguiram todo o percurso da pesquisa e contribuíram para fomentar a discussão ora apresentada. Tem-se como hipótese a escassez de sua abordagem durante a graduação, mesmo sendo a terapia ocupacional um curso que visa à formação generalista (Resolução CNE/CES 6, art. 3º). A questão das drogas vai além da clínica em saúde mental, relacionando-se com as esferas sociais, econômicas, culturais e políticas. Portanto, deveria ser estudada para além de um único campo. Sendo assim, buscou-se pesquisar sobre como a temática das drogas na formação de terapia ocupacional vem sendo debatida, por meio da procura de produções textuais que abordassem o assunto, nos três periódicos nacionais existentes.

## 2. QUADRO TEÓRICO

### 2.1 Drogas e políticas públicas no Brasil

A luta pela Reforma Psiquiátrica se iniciou no Brasil, segundo Tenório (2002), em meados da década de 70. A construção de uma Lei que promovesse mudanças nas estruturas da saúde mental e sustentasse o paradigma da Reforma Psiquiátrica foi um processo longo que começou em 1989 com um projeto de lei bastante inovador do deputado do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, Paulo Delgado (TENÓRIO, 2002). Após doze anos de tramitação, esse projeto foi rejeitado e outro foi aprovado no seu lugar. Ainda que menos progressista que o original, ele foi considerado um avanço na mudança do modelo assistencial e ficou conhecido como a Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira – Lei N°10.216/2001 (AMARANTE, 2007). Essa Lei “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (Lei N° 10.216/2001). Portanto, reconhece a pessoa em sofrimento psíquico como cidadã. Em seu parágrafo único elenca uma série de direitos que deveriam, a partir da data de publicação, ser garantidos. Grande parte deles diz respeito ao tratamento em saúde mental, já que por décadas, a essas pessoas foram relegados tratamentos que se baseavam na exclusão, reclusão e tortura. A partir da Lei da Reforma Psiquiátrica, então, os serviços de saúde mental deveriam se estruturar em base comunitária, buscar inserção social (família, trabalho e comunidade), permitir livre acesso aos meios de comunicação e a informações sobre o tratamento, proteger contra qualquer forma de abuso e exploração, ser realizada a partir dos meios menos invasivos possíveis, entre outros.

Ainda que as internações não tenham sido proibidas e tampouco os hospitais psiquiátricos tenham sido fechados, o documento restringiu as práticas de reclusão. Como exposto no art. 4° da Lei N° 10.216/2001, a internação apenas poderia acontecer quando os recursos extra-hospitalares não fossem suficientes. Os parágrafos 2 e 3 desse mesmo artigo acrescentam, respectivamente, que durante a internação a pessoa com transtorno mental deve ser assistida de forma integral, tendo acesso a serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros; e não poderá ser internada em instituições de caráter asilar. Além disso, a internação voluntária ou involuntária só poderá ocorrer por laudo médico e a



compulsória somente mediante aprovação judicial, como presentes nos art. 8º e 9º, nesta ordem.

Quase um ano após a publicação da Lei N° 10.216/2001, o Ministério da Saúde (MS) lança a Portaria N°336/2002 que atualiza as normas e diretrizes dos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS). De maneira geral, a portaria dispõe as modalidades possíveis de CAPS de acordo com a complexidade e abrangência populacional, classificando-os em tipo I (entre 20 mil e 70 mil habitantes), II (entre 70 mil e 200 mil habitantes) ou III (acima de 200 mil habitantes) e as características quanto à estrutura e ao funcionamento (horário, profissionais, tipos de atendimentos e articulação com a comunidade e com familiares). Nessa portaria há também as categorias “i” (infantil) e “ad” (álcool e drogas) dos CAPS, sendo a primeira destinada a crianças e adolescentes e a segunda a pessoas com “transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas” (Portaria N°336/2002, art. 4º, inciso 4,5), sendo as duas do tipo II, como previsto na Portaria, pois hoje existem serviços nessas modalidades do tipo III (24 horas de atenção à crise). Em específico ao CAPS ad II, a portaria N° 336/2002 ressalta algumas especificidades que se considera importantes apontar: organização da demanda e da rede de instituições de atenção a usuárias/os de álcool e outras drogas a partir da administração do gestor local, realização de atividades de supervisão de serviços de atenção a usuárias/os de drogas de forma articulada com o Conselho Municipal de Entorpecentes, atendimento de desintoxicação e presença de um médico clínico para avaliação e acompanhamento das intercorrências clínicas.

Em 2003, foi publicada a “Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a usuários de Álcool e outras drogas” (BRASIL, 2003). Nesse documento, há a breve discussão sobre o cenário mundial e brasileiro (à época da produção), em relação ao uso de substâncias psicoativas, além do marco teórico-político e o panorama nacional para o álcool e outras drogas, a fim de justificar a construção do texto. A explicação sobre cada um desses tópicos é realizada a partir de uma visão ampliada sobre a temática das drogas, afirmando-a como uma questão multivetorial com implicações sociais, econômicas, políticas e culturais para além das biológicas. Não obstante, o documento valoriza e defende a Redução de Danos como a política ideal para embasamento das práticas na clínica de álcool e drogas, por entender que o uso e a dependência não podem ser investigados e acompanhados fora dos contextos de vida das pessoas e, sequer, admitir a abstinência como o fim único do

“tratamento”. A partir disso, o texto apresenta um capítulo com diretrizes para uma Política de Atenção Integral aos usuárias/os de Álcool e outras drogas as quais reconhecem a importância da intersetorialidade para a temática e determinam uma atenção integral com enfoque na prevenção, promoção e proteção à saúde das/os usuárias/os.

Em 2006, a Lei N° 11.343 é sancionada. Ela “institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências” (BRASIL, 2006). A chamada Lei de Drogas proíbe as substâncias psicoativas, assim como o plantio, a colheita e a exploração de vegetais e substratos que as drogas podem ser fabricadas (Lei N° 11.343/2006, art. 2°). Além disso, como explicitado na lei, ela institui através do art. 3°, inciso I e II, as suas funções de articular, integrar, organizar e coordenar atividades associadas: “a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas” e “a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas”. Faz-se necessário salientar que em relação à prevenção, a Lei de Drogas estabelece, por meio do art. 19°, a criação de políticas de formação continuada nos três níveis de ensino e a implantação de projetos pedagógicos, que tratem do tema, nas instituições de ensino público e privado. No que concerne à atenção e à reinserção social de usuárias/os, a lei, através do art. 22°, determina o respeito às/aos usuárias/os e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); a utilização de estratégias que considerem os aspectos socioculturais dos sujeitos; e a construção de um projeto terapêutico individualizado que vise à inclusão social e a redução de riscos e danos sociais e à saúde.

Alguns anos mais tarde, surgiu o que o Governo Federal denominou como Epidemia do Crack. Mesmo após a publicação, em 2010, de um levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio, rebatendo a ideia de crescimento do uso de crack, pois os dados apontavam que apenas 0,6% destes estudantes já haviam utilizado crack na vida, que 0,4% utilizaram no ano e 0,3% no mês, houve a construção de um Plano voltado ao enfrentamento da “epidemia”. Além dessas informações disponibilizadas pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), o

Conselho Federal de Psicologia (2013) explicitou que entre meninas e meninos em situação de rua as drogas utilizadas são thinner e loló. É interessante ressaltar o papel da mídia no respaldo a essa produção da Presidência da República, devido às divulgações maçantes de uma problemática questionável. Além disso, é importante sinalizar que foram (e são) diversas as tentativas do poder público em acabar com as áreas onde há o uso de crack (e de outras drogas) que, comumente e discriminatoriamente, são denominadas de *cracolândias*. Essas ações configuram-se, na verdade, como higienização social sustentada pela ideia moral de que as/os usuárias/os de drogas (reduzidos ao consumo de crack e, portanto, estigmatizadas/os como *cracudas/os*) são ameaças à sociedade e de que são criminosos (NETTO, 2013). Dessa forma, por meio do Decreto N° 7.179, de 2010, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas ilícitas foi instituído. Segundo o art. 1º, os objetivos do Plano são: a prevenção ao uso, o tratamento e à reinserção social de usuários e o enfrentamento do tráfico do crack e de outras drogas ilícitas. No parágrafo 2º consta que sua gestão deve ficar a cargo do Ministério da Justiça.

A partir desse plano, o programa “Crack, é Possível Vencer” (2011) foi elaborado. Nele foi evidenciada a persistência na chamada epidemia do crack. De acordo com o documento que o descreve, o seu propósito é prevenir o uso, promover a atenção integral à/ao usuária/o dessa droga e combater o tráfico de drogas. As ações práticas para atingir esses objetivos seriam o aumento da quantidade de serviços voltados a esse público, como o CAPS ad e as Comunidades Terapêuticas - ainda que estas não apresentassem uma regulamentação coesa, nem uma fiscalização periódica, questões ainda não resolvidas na atualidade. Também se configuram como atuações práticas o enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas, além da promoção de ações de educação e capacitação. Acerca destas, foram desenvolvidos Centros Regionais de Referência (CRR) que se conveniaram a Instituições de Ensino Superior (IES) a fim de realizarem ações de educação permanente com atores da rede intersetorial da região a qual as IES se encontravam (ONU, 2011).

Ainda no ano de 2011, foi estabelecida a Portaria N° 3.088 que “Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Esse documento traz, além das diretrizes e dos

objetivos (gerais e específicos) da RAPS, os seus componentes, sendo eles: atenção básica em saúde, atenção psicossocial especializada, atenção de urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégias de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial. Com relação à atenção psicossocial especializada, destaca-se o CAPS ad cuja descrição diz atender adultos e também crianças e adolescentes com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, diferentemente do texto da Portaria N° 336/2002 que não cita crianças, sequer adolescentes. Além disso, na Portaria N° 3.088/2011, aparece o CAPS ad III, sendo um serviço 24 horas com um máximo de 12 leitos disponíveis. No que se refere à atenção residencial de caráter transitório, ressalta-se as Comunidades Terapêuticas incluídas nessa Portaria. Segundo o documento, a permanência nesses ditos serviços deveria ser de até nove meses para adultos com necessidades estáveis decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, e o funcionamento deveria ser articulado com a atenção básica e com o CAPS.

Entre 2017 e 2018, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) publicou a controversa Resolução n°1/2018 em meio a críticas de diversos movimentos sociais pró luta Antimanicomial e de conselhos federais de diversas profissões que atuam na saúde mental. No art. 1°, inciso I, o CONAD diz que o realinhamento da Política Nacional sobre Drogas deve considerar estudos técnicos e outras produções da comunidade científica para avaliar as atuais práticas e apontar o melhor caminho para a utilização dos recursos disponíveis para estruturação de programas e projetos (BRASIL, 2018). Também traz que a Política Nacional sobre Drogas deve considerar a posição contrária da população, de forma geral, à legalização das substâncias psicoativas e que os programas, ações e projetos devem, entre outras atuações, promover a abstinência. Seguindo o retrocesso da legislação na temática das drogas, a nova Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas além de acrescentar os hospitais psiquiátricos como componentes da Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), o recente documento, a partir da Portaria N° 3.588/2017, cria uma nova modalidade de Centro de Apoio Psicossocial (os chamados CAPS IV AD), previu o total de 87 milhões para as comunidades terapêuticas para o ano de 2018 e a promoção da abstinência como uma das estratégias possíveis. A justificativa para a criação do novo CAPS foi a de levar o

poder público às áreas de maior vulnerabilidade social e promover o atendimento mais próximo do cidadão.

Em meio a todas as políticas, portarias, planos e programa aqui explicitados, surge a questão do cuidado para com as/os usuárias/os de drogas de forma integral, para além dos aspectos biológicos, levando, portanto, em consideração os atravessamentos sociais, econômicos, políticos e culturais de cada um desses sujeitos. Esse olhar vai ao encontro da Redução de Danos (RD) que, em muitos desses documentos, foi citada como a estratégia a ser utilizada como embasamento das práticas. De forma geral, a Redução de Danos é conceituada como um conjunto de políticas e estratégias que visam prevenir e reduzir danos provocados primária, ou secundariamente, pelo uso indevido de álcool e outras drogas. É caracterizada pelos seguintes princípios: pragmatismo, tolerância e diversidade (ANDRADE, 2002). Segundo o autor, a RD é pragmática, pois para alcançar o objetivo de preservar a vida e possibilitar que os sujeitos sejam, de fato, cidadãos e, portanto, sejam política, econômica e socialmente incluídos, libera-se das construções morais, religiosas e intolerantes da sociedade antidrogas. Ainda de acordo com o mesmo autor, a RD é tolerante, visto que entende que a abstinência não é o fim único para o usuário na sua relação com a droga, sendo possível que o cuidado para com essa população englobe a sua demanda de permanecer utilizando tais substâncias. Por fim, a RD leva em conta as características das populações de usuários, as diferentes drogas e seus diferentes contextos de uso pelos usuários e os recursos disponíveis e possíveis e, por isso, é diversa. Ao mesmo tempo, é notável o proibicionismo nas práticas da segurança pública e os efeitos sociais desses enfrentamentos, que são desastrosos. Ainda assim, há a insistência do combate ao tráfico de drogas por meio da repressão policial e/ou do exército em localidades vulneráveis socioeconomicamente. Amparando-se na busca pela redução da oferta e da violência existente nesses territórios, o Estado utiliza da opressão.

## **2.2 Formação em Terapia Ocupacional e o ensino na graduação sobre a temática das drogas**

A Terapia Ocupacional tem como algumas de suas raízes o Tratamento Moral e o Movimento de Artes e Ofícios. Na França, o médico Philippe Pinel buscou romper, em certa medida, com o tratamento exclusivamente medicamentoso dos

então *loucos* ao utilizar o trabalho como terapia. “A utilização da ocupação foi, então, introduzida como parte principal de sua reforma, a qual o fez pioneiro na aplicação do trabalho como forma de tratamento do doente mental” (FRANCISCO, 2003, p.17).

O movimento de Artes e Ofícios (MAO), por sua vez, originou-se na Inglaterra tendo William Morris como fundador. No MAO, as atividades manuais estavam mais relacionadas ao lazer e não somente ao trabalho. Segundo Johnson (1920) apud Schwartz (2010, p.797), “os trabalhos manuais poderiam ser graduados para os resultados físicos e mentais desejados”. Desse modo, o tratamento estaria de acordo com o paradigma reducionista em que a atividade é prescrita de acordo com a patologia da pessoa, similarmente a um medicamento.

A profissão em si, no entanto, surgiu apenas em meio à Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos, a partir do cuidado para com os soldados feridos, a fim de autonomia financeira e valorização social, havendo a modificação da terapia pelo trabalho para a terapia ocupacional (SOARES, 2007). No Brasil, segundo a mesma autora (2007, p. 7), “de 1948 a 1980 a profissão se institucionalizou”. Ainda segundo Soares (2007), a primeira formação foi em Saúde Mental e depois em Reabilitação Física, sendo que o curso apenas se tornou de nível universitário em 1961 pela Lei de Currículo Mínimo, com três anos de duração. No Rio de Janeiro, a primeira instituição a disponibilizar o curso foi a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (FRANCISCO, 2003, P. 19 e p. 20). Atualmente no estado, apenas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) apresentam o curso de graduação em Terapia Ocupacional.

Em 2002, o presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação emitiu a Resolução N° 6 a qual “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional”. A partir desse documento, as Instituições de Ensino Superior (IES) que disponibilizam o curso de TO, devem construir o Projeto Pedagógico de acordo com as determinações presentes nele. Com a finalidade de relacionar os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de terapeutas ocupacionais, estabelecidos por essa Resolução, com a temática das drogas, destacam-se alguns dos artigos e incisos componentes dessa norma. Primeiramente, o art. 3° diz que o curso de graduação de TO deve visar a uma formação generalista, humanista, crítica e

reflexiva que capacite a/o profissional a uma atuação no campo clínico-terapêutico e preventivo. Portanto, independente da área e do campo de interesse da/o profissional formada/o, a graduação deve habilitá-la/o a lidar, mesmo que minimamente, com diferentes questões, sejam elas da reabilitação física, da saúde mental, social, educacional ou cultural.

Na sequência, o art. 4º dispõe sobre as competências e habilidades gerais que a/o TO deve adquirir durante a sua formação, apresentando em seu inciso I as que estão relacionadas à atenção à saúde: prevenção, promoção e reabilitação - tanto em nível individual, quanto coletivo -, além de uma prática profissional integrada e articulada com outros serviços de saúde, devendo a/o TO ser capaz de pensar criticamente e de analisar os problemas existentes na sociedade. Em se tratando da temática das drogas, faz-se necessário refletir em uma graduação que permita a reflexão sobre o assunto das substâncias psicoativas para além dos efeitos fisiológicos no corpo humano. Uma formação que busque compreender essa questão a partir dos contextos dos sujeitos que realizam o uso, sendo abusivo ou não, o contexto do país e de que forma o Estado costuma responde-la. No inciso VI, também do art. 4º, a educação permanente é abordada, sendo esperado da/o profissional a busca por um aprendizado constante. A formação continuada é um tema recorrente nos documentos oficiais explicitados no tópico 2.1 desse trabalho. Ela se torna ainda mais necessária devido à ausência ou a insuficiente abordagem da questão das drogas na Academia. Segundo Cordeiro et al (2016), graduandos da Universidade de São Paulo (USP) apontaram que o debate sobre o consumo de drogas em seus cursos são incomuns e, quando presentes, restringem-se às propriedades bioquímicas das substâncias ou aos efeitos neurobiológicos do uso. O artigo apresentava o programa de uma disciplina eletiva do curso de enfermagem da USP – aberta aos outros cursos da universidade - acerca do ensino sobre drogas psicoativas e redução de danos emancipatória. De acordo com o texto, estudantes de terapia ocupacional já cursaram a disciplina.

Mais adiante, o art. 5º discorre, através dos seus incisos, sobre as competências e habilidades específicas que a/o TO deve constituir ao longo da sua formação. O inciso I diz que a/o profissional deve ser capaz de relacionar a questão específica da população com a qual trabalhará com questões sociais, culturais e políticas. Além disso, a/o TO deve ter como principais objetivos a emancipação e a autonomia do público atendido. Na clínica de drogas essas habilidades são

extremamente importantes para que o pensamento reducionista médico-biológico sobre o uso de substâncias psicoativas seja superado e a participação dos sujeitos em seu próprio cuidado seja ativa. Espera-se também que a/o profissional formada/o saiba sobre as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas do país; compreenda as relações saúde-sociedade e exclusão-inclusão social; domine as políticas sociais e a sua inserção nelas; e conheça as forças sociais do ambiente e dos movimentos da sociedade e os seus efeitos sobre os sujeitos, sendo estes aspectos explicitados, respectivamente, nos incisos II, IV, XIV e XXXIV do art. 5°. A associação desses conteúdos com a temática das drogas pode ser realizada pela complexidade do assunto e a conseqüente necessidade de reflexão para além da substância em si e os seus efeitos fisiológicos. Como abordado no tópico 2.1, há inúmeros documentos, tanto no âmbito da saúde, quanto no âmbito da segurança pública, sobre a produção, distribuição, compra e uso das drogas. As práticas difundidas por eles nem sempre são coesas, sendo, muitas vezes paradoxais, provocando efeitos conflituosos na vida das pessoas, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade e risco. Entendendo vulnerabilidade e risco como conceitos relacionados à carência e a exclusão, estando vulneráveis as pessoas que não possuem recursos materiais e imateriais para ultrapassar os riscos a que estão submetidas, tampouco artifícios que as permitam atingir um bom nível de segurança pessoal e coletiva (CARNEIRO; VEIGA, 2004 apud JANCZURA, 2012). É essencial que a/o TO conheça esses documentos oficiais e problematize-os na prática da clínica das drogas, levando em consideração os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema único da Assistência Social (SUAS), sendo respectivamente: integralidade, universalização e equidade (Lei N°8.080/1990, art. 7°, incisos I, II e IV) e universalização, respeito à dignidade e autonomia da/o cidadã/ão e equidade (Lei N°8.742/1993, art. 4°, incisos II, III e IV). Esse conhecimento e reflexão são primordiais para romperem com as práticas de profissionais – não só da Terapia Ocupacional – que reproduzem o que as políticas de massa persistem: a abstinência como a solução única na questão das drogas (GALLASSI; SANTOS, 2014).

Por fim, destaca-se o art. 6°, inciso II, o qual apresenta o conteúdo das Ciências Sociais e Humanas como fundamental para o curso de graduação em Terapia Ocupacional, o que ratifica a construção das habilidades supracitadas.



### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Analisar o que a literatura tem informado sobre a temática das drogas na formação profissional em Terapia Ocupacional.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

Levantar artigos de Terapia Ocupacional que abordem a temática das drogas e Terapia Ocupacional;

Analisar como a formação em Terapia Ocupacional tem favorecido o debate sobre a temática das drogas.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa do tipo revisão de literatura, com abordagem qualitativa, nas plataformas que hospedam os periódicos nacionais vigentes de Terapia Ocupacional que são: Revista de Terapia Ocupacional da USP, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. A escolha pelo método qualitativo é devido às amplas possibilidades desse tipo de pesquisa como o exposto:

“A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 22).

Além disso, segundo Flick (2009, p.24), “O objetivo da pesquisa está mais em descobrir o novo e desenvolver teorias empiricamente fundamentadas”. Para o levantamento, optou-se por não definir um recorte temporal, tampouco a definição de idiomas, uma vez que as revistas definem o português, inglês e espanhol como línguas publicáveis. Os descritores validados pelo DeCS utilizados para a busca dos artigos foram: drogas, usuário de drogas e terapia ocupacional. Além disso, também foram utilizados para a busca os termos: substâncias psicoativas, dependente químico e formação. Eles foram cruzados formando cinco pares (drogas AND terapia ocupacional; substâncias psicoativas AND terapia ocupacional; usuário de drogas AND terapia ocupacional; dependente químico AND terapia ocupacional; drogas AND formação) e um trio (drogas AND formação AND terapia ocupacional). Além disso, os descritores drogas e usuário de drogas e os termos substâncias psicoativas e dependente químico também foram pesquisados de forma isolada.

Os critérios de inclusão foram: artigos originais e relatos de experiência contendo a discussão sobre a temática das drogas durante a formação em Terapia Ocupacional. Os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, editoriais, descritor drogas se referindo ao uso de medicamentos, título, resumo e artigos que não realizam uma reflexão sobre a formação no que se refere à temática das drogas. É necessário destacar que em relação ao título e ao resumo como critérios de exclusão, foram eliminados todos os artigos e relatos de experiência os quais o título e/ou resumo não se relacionavam com o tema específico da saúde mental, sequer com as substâncias psicoativas.

Após a exclusão dos artigos conforme os critérios citados acima, procedeu-se para o tratamento dos dados. Assim, uma tabela foi construída com os artigos originais e relatos de experiências, que foram incluídos, com as seguintes informações: título, autoras/es, nome da revista, palavras-chave, tipo de estudo, presença do assunto formação profissional e referencial teórico.

Para a análise qualitativa, realizou-se, novamente, a leitura na íntegra dos artigos incluídos, construindo as categorias a partir dos seguintes elementos: artigos que mencionam a escassez da discussão sobre a temática das drogas durante a formação profissional (graduação) e artigos que mencionam (ou discorrem sobre) a necessidade da formação continuada em relação à prática voltada ao sujeito com uso abusivo de álcool e outras drogas.

Além disso, buscaram-se as ementas das disciplinas do campo da Saúde Mental de cursos de Terapia Ocupacional em Universidades públicas. Optou-se por restringir a análise às disciplinas do campo da Saúde Mental (SM), posto que a temática das drogas, na saúde, inseriu-se nesse campo por meio da Portaria N°336/2002 a qual dispõe sobre os serviços especializados da SM. Ademais, o enfoque em relação à atenção em saúde de usuárias/os ocorre na saúde mental vide a Política Nacional de Saúde Mental, ser também de Álcool e outras drogas.

Para apreender de que forma a temática das drogas estão colocadas em disciplinas de saúde mental de cursos de graduação, públicos, de Terapia Ocupacional, buscou-se os seus Projetos Pedagógicos. Através dos Projetos Pedagógicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram acessadas as ementas das disciplinas obrigatórias e eletivas do curso de Terapia Ocupacional. Devido ao limite de tempo de produção da pesquisa, optou-se pela busca desses documentos exclusivamente pelos sites das Instituições Superiores de Ensino (IES). Portanto, todos os Projetos Pedagógicos encontrados estavam disponíveis para download no site das IES. No caso da Universidade de São Paulo (Campi São Paulo e Ribeirão Preto) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), as ementas foram acessadas diretamente no site da instituição. Já o acesso à ementa da disciplina de Saúde Mental do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ) ocorreu diretamente pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGA), já que a produção da pesquisa foi feita nessa instituição.

## 5 RESULTADOS

A busca a partir dos descritores (drogas, usuário de drogas e terapia ocupacional) e dos termos (substâncias psicoativas, dependente químico e formação) nos periódicos nacionais especializados de Terapia Ocupacional resultou um total de 111 textos. Destes, 76,6% (85) eram da Revista de Terapia Ocupacional da USP, 20,7% (23) eram dos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e 2,7% (três) eram da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. Cada um dos descritores e termos foi utilizado de forma isolada, assim como foram realizados filtros para a busca booleana, cruzando os descritores em cinco duplas e um trio, sendo estes: drogas AND terapia ocupacional; substâncias psicoativas AND terapia ocupacional; usuário de drogas AND terapia ocupacional; dependente químico AND terapia ocupacional; drogas AND formação; e drogas AND formação AND terapia ocupacional. A ordem de uso de cada descritor e termo, isoladamente e com o filtro, na pesquisa foram: drogas; drogas AND terapia ocupacional; substâncias psicoativas; substâncias psicoativas AND terapia ocupacional; usuário de drogas; usuário de drogas AND terapia ocupacional; dependente químico; dependente químico AND terapia ocupacional; drogas AND formação e drogas AND formação AND terapia ocupacional.

Nos três periódicos, a busca com o descritor *drogas* separadamente foi a que apresentou um maior quantitativo de textos: 77 da Revista de Terapia Ocupacional da USP, 21 dos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e três da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. A busca com o operador booleano AND entre os descritores *drogas* e *terapia ocupacional* foi a segunda com maior expressividade, com 71 textos da Revista de Terapia Ocupacional da USP - sendo um duplicado -, oito textos dos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e os mesmos três artigos da busca anterior da Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato. Nenhum texto da Revisbrato foi encontrado nas buscas que se sucederam. Ainda sobre a busca com a dupla *drogas* AND *terapia ocupacional*, apenas um artigo da USP não havia aparecido na pesquisa anterior. Na busca com o termo *substâncias psicoativas* separado, apenas seis artigos da USP e dois da UFSCar não haviam aparecido nas pesquisas anteriores. Na pesquisa com o termo *dependente químico*, apenas um artigo da USP não havia aparecido nas pesquisas anteriores e nenhum artigo da

UFSCar apareceu nesta consulta, assim como também não apareceu na procura com a dupla *dependente químico AND terapia ocupacional*. Nas outras buscas realizadas, todos os artigos originais e relatos de experiência encontrados já haviam sido obtidos nas buscas precedentes. De maneira geral, os resultados obtidos com as buscas podem ser observados na tabela (1) seguinte:

**Tabela (1): quantidade de artigos originais e relatos de experiências encontrados nas buscas**

Periódicos Buscas	Revista de Terapia Ocupacional da USP	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revisbrato	TOTAL
Drogas	77	21	3	101
Drogas AND Terapia Ocupacional	71 (um duplicado)	8	3	82
Substâncias Psicoativas	23	5	0	28
Substâncias Psicoativas AND Terapia Ocupacional	20	1	0	21
Usuário de Drogas	29	3	0	32
Usuário de Drogas AND Terapia Ocupacional	27	1	0	28
Dependente Químico	3	0	0	3
Dependente Químico AND Terapia Ocupacional	3	0	0	3
Drogas AND Formação	49	5	0	54
Drogas AND Formação AND	44	3	0	47

Terapia Ocupacional				
------------------------	--	--	--	--

Os caminhos da pesquisa podem ser observados, de forma simplificada, na figura 1 abaixo:

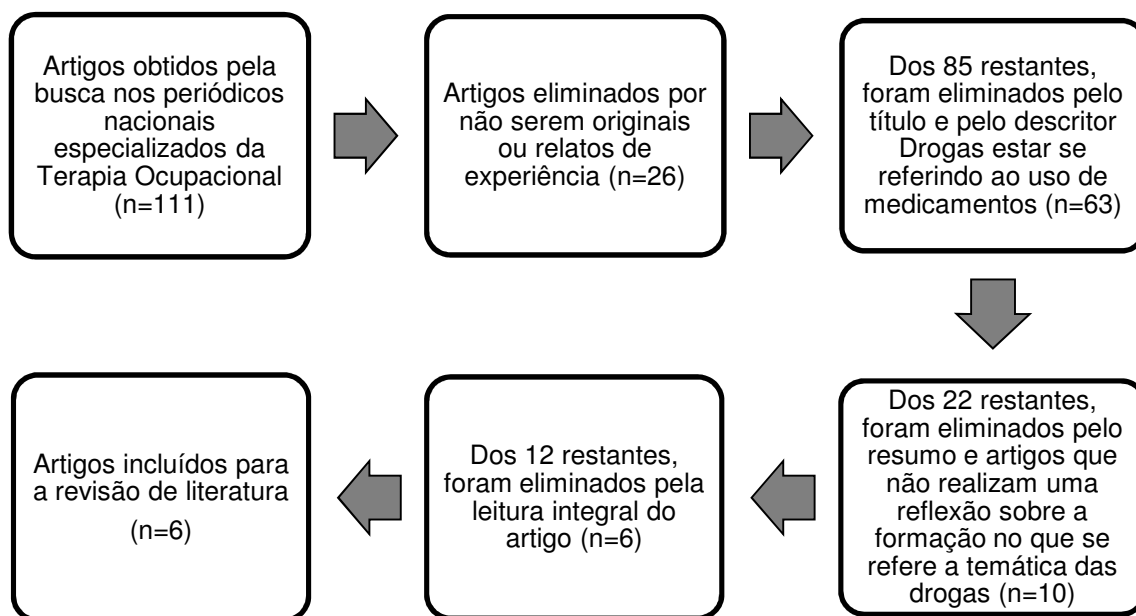


Figura 1 – SmartArt da busca de artigos e relatos de experiência

A tabela (2) a seguir demonstra as informações sobre os artigos originais e relatos de experiência incluídos para esta análise:

**Tabela (2): dados gerais dos artigos e relatos de experiência incluídos**

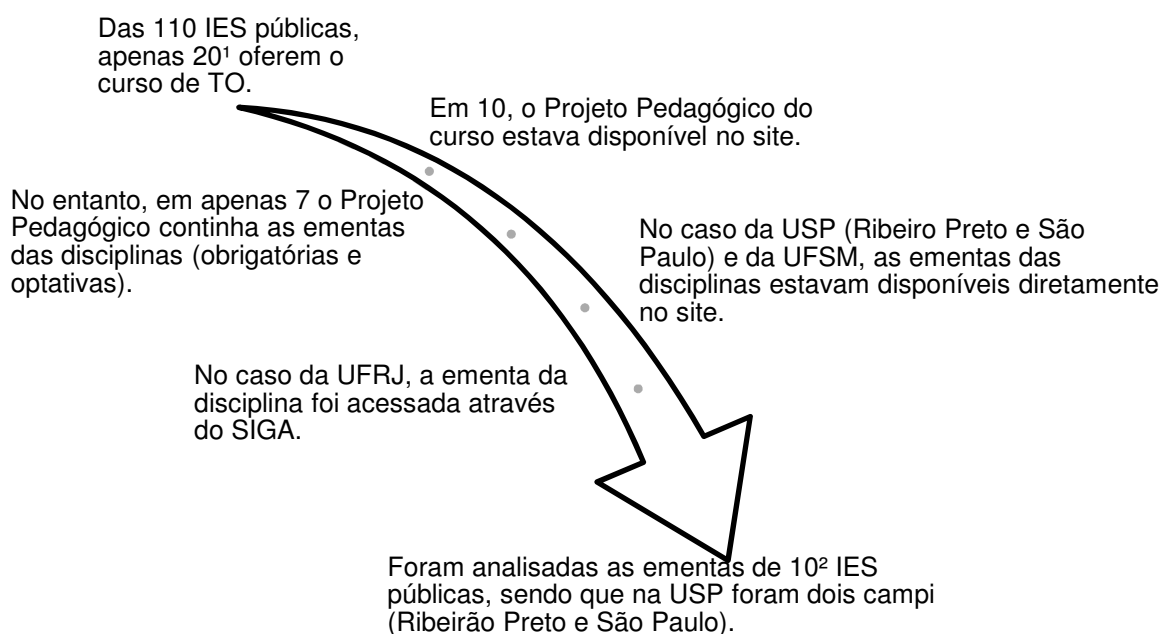
Título	Autoras/es / ano	Periódico	Palavras-chave	Formação profissional	TO - drogas (Referencial Teórico)
A experiência no serviço de Consultório de Rua na perspectiva de profissionais contribuições para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas	SOUZA, V. C. A., PEREIRA, A. R., GONTIJO, D. T. / <b>2014</b>	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Vulnerabilidade Social, Drogas de Uso Indevido, Assistência à Saúde Mental, Terapia Ocupacional	É sinalizada a necessidade de formação continuada sobre a questão das drogas.	Utiliza-se a Redução de Danos como referencial teórico nas intervenções realizadas pela eCR.
A supervisão como processo educativo Construindo o paradigma de redução de danos	CORDEIRO, L., GODOY, A., SOARES, C. B./ <b>2014</b>	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Educação em Saúde, Saúde Pública, Saúde Mental, Redução do Dano, Transtornos	Há, na parte da discussão do texto, o apontamento sobre a falta da	O mesmo que dos outros profissionais no processo educativo: referencial teórico

emancipatória com uma equipe de CAPS ad			Relacionados ao Uso de Substâncias.	temática das drogas durante a graduação.	da Saúde Coletiva com enfoque no paradigma da Redução de Danos emancipatória.
Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo	SILVA, C. R., SANTOS, C. N., NOGUEIRA, J. N., MALFITANO, A. P. S./ <b>2015</b>	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Drogas, Serviços de Saúde Mental, Terapia Ocupacional, Prática Institucional.	Apontam a necessidade de formação permanente em relação à temática das drogas e mencionam, de forma breve, a escassez da discussão da temática das drogas durante a graduação.	Além da Redução de Danos (utilizada por uma pequena parcela de profissionais entrevistadas), também foram citadas: "Terapia Cognitivo-Comportamental, Psicodinâmica, Prevenção à Recaída, Teoria da Complexidade, Psicologia Social, Abstinência".
Formação profissional e serviços de saúde mental no SUS: estudo sobre a inserção de egressos do Curso de Terapia Ocupacional da FMUSP	MÂNGIA, E. F., MURAMOTO, M. T., MARQUES, A. L. M./ <b>2010</b>	Revista de Terapia Ocupacional da USP.	Formação de recursos humanos; Serviços de saúde mental/recursos humanos; Sistema único de saúde; Terapia ocupacional/recursos humanos.	Sinalizam a escassez da discussão da temática das drogas durante a graduação.	Não foi citada no texto.
Centro Regional de Referência Sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade de Ceilândia/Universidade de Brasília	OLIVEIRA, F. M., SANTOS, V., SANTOS, J. E., SILVA, M. N. R. M. O., NOGUEIRA, D. J., DUARTE, M., GALLASSI,	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Capacitação, Serviços de Saúde, Drogas	Discorrem sobre a educação permanente em relação à temática das drogas, em três municípios de Goiás e em um no Distrito	Não foi citada no texto.



	A. D./ <b>2015</b>			Federal.	
Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade	SILVA, M. N., R. M. O., SANTOS, V., SANTOS, J. E., OLIVEIRA, F. M., NOGUEIRA, D. J., GALLASSI, A. D./ <b>2014</b>	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Saúde Mental, Drogas, Vulnerabilidade Social.	Discorrem sobre a educação permanente em relação à temática das drogas, em três municípios de Goiás e em um no Distrito Federal.	Compreende-se que o referencial teórico utilizado para a capacitação dos profissionais (não houve a especificação das profissões) é o da Redução de Danos.

Além da pesquisa dos textos, houve a busca de ementas de disciplinas do campo da Saúde Mental e Terapia Ocupacional de Universidades Públicas no Brasil. A procura foi feita unicamente através dos sites das IES, por conta da limitação do tempo de pesquisa. Restringiu-se a análise às disciplinas do campo da Saúde Mental, devido à atuação da terapia ocupacional em relação à questão das drogas ser, principalmente, referenciada a esse campo. Os dados gerais dessa busca podem ser constatados na figura adiante:



1

## 5.1 Análise das Ementas

Foram analisadas as ementas de disciplinas de saúde mental do curso de Terapia Ocupacional de dez Instituições de Ensino Superior (IES) públicas: Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto e São Paulo) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Há IES que apresentam mais de uma disciplina de Saúde Mental e não existe um modelo específico de ementa, então, elas variam bastante entre si. A UFPB e a UFMG apresentam somente a síntese da disciplina. Outras

<sup>1</sup> Dessas 20, uma apenas disponibilizará o curso a partir de 2019.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto e São Paulo), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

instituições expõem outros dados, além da síntese da disciplina, como o objetivo (UFSCar e UFSM) e a bibliografia (UFTM e UFRJ). Há também IES que mostram todas as informações anteriores (IFRJ e UNIFESP). As demais apresentam os objetivos, o programa e a bibliografia (USP São Paulo e Ribeirão Preto e UNICISAL). Buscou-se, assim, encontrar nas ementas acessadas algum conteúdo que remetesse a temática das drogas, independente do local informativo.

A disciplina “Terapia Ocupacional em Saúde Mental I” da USP (São Paulo) cita, em seu programa resumido, “o cuidado em saúde mental com pessoas com transtornos mentais severos e *pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas* no contexto das proposições da Política Nacional de Saúde Mental”; a disciplina “Terapia Ocupacional em Saúde Mental II”, também da USP (São Paulo) apresenta em sua bibliografia a Portaria N° 3088 de 23 de Dezembro de 2011, que “Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e *com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas*, no âmbito do Sistema Único de Saúde” e a Portaria GM 130 de 26 de Janeiro de 2012 que “Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros”. Na UFSCAR, a disciplina “Terapia Ocupacional em Saúde Mental” possui como um dos tópicos “Especificidades da Terapia Ocupacional na saúde mental infanto-juvenil, *na atenção às pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas* e às pessoas com transtornos mentais”. Na UFSM, a disciplina “Terapia Ocupacional em Saúde Mental I” possui como um dos seus objetivos “Conhecer a política de Redução de Danos”.

Em vista da pequena quantidade de matérias que dispõem de conteúdos que sinalizam, explicitamente, a temática das drogas, buscou-se a menção da Política Nacional de Saúde Mental, já que nesta constam-se diretrizes para a atenção a usuáries/os de álcool e outras drogas. Além das disciplinas supracitadas da USP São Paulo, da UFSCar, e da UFSM, a UFPB (“Saúde Mental”) e USP Ribeirão Preto (“Introdução à Terapia Ocupacional Aplicada à Saúde Mental”) apresentam também a citação da Política Nacional de Saúde Mental em suas ementas.

A UFTM é a única que apresenta duas disciplinas optativas voltadas à temática das drogas: “Terapia Ocupacional na Atenção a Dependentes Químicos”. Ambas possuem a mesma ementa, variando na carga horária (uma é de 15h e a outra de 30h). Na descrição da ementa há: “estudo do uso de drogas; conceitos

básicos e classificação das drogas de abuso; neurobiologia das dependências de drogas; estratégias de intervenção por drogas específicas; abordagem de redução de danos; e intervenções da terapia ocupacional na atenção a dependentes químicos”.

A disciplina “Terapia Ocupacional em Saúde Mental” da UNICISAL apresenta como pré-requisito a disciplina “Políticas Públicas e Terapia Ocupacional II”. Como nos critérios de inclusão para a análise das ementas apenas foram consideradas as disciplinas de saúde mental, não se pode dizer se a temática das drogas está presente nessa disciplina, já que ela não foi analisada.

A forma como as ementas se apresentam não permite a apreensão exata de como os conteúdos são expostos nas salas de aula, à exceção da disciplina optativa da UFTM, pois, por ser especificamente voltada à temática, parece abordá-la de forma mais profunda. Portanto, pode-se dizer, de maneira geral, que o assunto sobre drogas e redução de danos não aparece com força e profundidade nas ementas de disciplinas de saúde mental, o que demonstra a pouca difusão de seus conteúdos, como em relação às políticas públicas mais atuais. Gerando assim, de certa forma, profissionais menos capacitados a atuarem com a população relacionada.

## 6 DISCUSSÃO

Por meio da análise de algumas ementas de disciplinas de saúde mental dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional em Instituições de Ensino Superior no Brasil, não foi possível apreender de que forma o conteúdo referente às drogas é tratado. Entretanto, não se identificou um número considerável de estudos versando a temática da formação para as drogas no contexto da terapia ocupacional. As diversas buscas resultaram na seleção de seis textos bastante diferentes entre si. A leitura dos artigos na íntegra permitiu a constatação de temáticas recorrentes em quatro deles, sendo elas a atuação de trabalhadoras/es formadas/os em serviços de saúde e a importância das capacitações continuadas. Desse modo, eles foram agrupados na categoria: “Prática profissional em serviço e educação permanente”. Outra temática que, apesar de não ter sido o assunto principal dos textos, mas apareceu, ainda que timidamente, em três dos artigos selecionados, foi o debate da questão das drogas durante a graduação. Estes textos foram postos na categoria: “Drogas e formação graduada em Terapia Ocupacional”.

### 6.1 Prática profissional em serviço e Educação Continuada

Nessa categoria, os textos discorrem sobre a prática realizada em serviço e a necessidade da formação continuada para uma atuação profissional reflexiva e de acordo com as diretrizes curriculares e os documentos oficiais relativos, no caso, à atenção às/aos usuárias/os de substâncias psicoativas. De acordo com Gallassi e Santos (2013), fatores como desconhecimento sobre o assunto das drogas - e suas técnicas e estratégias específicas -, assim como o entendimento da questão a partir do senso comum corroboram com uma abordagem inadequada. Sendo assim, a capacitação permanente, segundo os autores, poderiam aprimorar o atendimento para com o esse público.

Souza, Pereira e Gontijo (2014) realizaram o estudo em um município da Região Metropolitana do Recife (PE). A partir de entrevistas semiestruturadas, cinco profissionais, entre eles uma terapeuta ocupacional, de uma equipe do serviço de Consultório de Rua (eCR) vinculado a um CAPS ad, contribuíram com a pesquisa. Os participantes relataram que todas as ações eram previamente planejadas, assim

como também havia reuniões pós trabalhos, visando reconhecer os pontos positivos e os negativos de cada ação. Segundo os profissionais entrevistados, a prática era iniciada através da observação do ambiente e das pessoas nele presentes, buscando um local com um maior número de jovens em situação de vulnerabilidade e em uso de substâncias psicoativas. A aproximação era feita por meio de atividades, sendo elas muitas vezes artísticas, utilizando-se da música e do teatro. Por meio de Barros (2010 apud Souza, Pereira, Gontijo, 2014), as autoras citam a relevância da Terapia Ocupacional nas eCR, já que a atividade é também recurso da Terapia Ocupacional e é essencial à prática da profissão, ao menos no contexto brasileiro. O referencial teórico que orienta as práticas dos profissionais nos CR é a Redução de Danos, desse modo, há orientações quanto aos serviços públicos no território, informações sobre os efeitos do uso abusivo de drogas, distribuição de panfletos, copos, preservativos e seringas. Durante a intervenção também podem ocorrer encaminhamentos para serviços de saúde, assistência social, educação e outros. Em relação aos obstáculos à prática, estão: a burocracia no cadastro nos serviços - principalmente aqueles que exigem a comprovação de residência -, a violência do território, a resistência e/ou desistência das/os usuárias/os, a fragilidade ou a inexistência de redes de suporte familiar, os baixos investimentos no serviço, o pequeno contingente de profissionais e a ausência de uma formação que instrumentalize os profissionais para esse tipo de serviço. Uma das profissionais entrevistadas ainda acrescentou que a falta de incentivo de estudo durante a formação profissional em relação ao serviço de CR compromete a atuação de profissionais que, despreparados na área, podem apresentar atitudes intolerantes para com as/os usuárias/os. É importante destacar que as autoras realizaram um adendo explicitando a importância de uma formação permanente e ampliada sobre a temática do cuidado para com usuários de drogas que supere os saberes tecnicistas e as atitudes repressoras a fim de garantir que a atenção a esse público seja qualificada e auxilie na entrada (e vinculação) na rede de cuidado de forma efetiva.

Já no estudo de Silva et al (2015), a pesquisa sobre a atuação de terapeutas ocupacionais foi realizada nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo. Apenas 15 terapeutas ocupacionais participaram do estudo. A maior parte das profissionais concluiu a graduação em universidades públicas paulistas e realizaram cursos de pós-graduação em temáticas como: Saúde Mental, Dependência Química, Reabilitação, Neuropediatria

e Integração Sensorial. Metade das profissionais entrevistadas disse que iniciaram o trabalho sem inclinação à área de Saúde Mental e/ou Dependência Química. A atuação das terapeutas ocupacionais nos CAPS ad ocorre, principalmente, através de grupos e oficinas. Através das respostas das profissionais entrevistadas, também foram citados os objetivos da Terapia Ocupacional no CAPS ad, sendo estes divididos em categorias: relacionados ao retorno do cotidiano, à dependência química e aos aspectos psicológicos e afetivos das/os usuárias/os. Entre as dificuldades relatadas no serviço estão: falta de adesão das/os usuárias/os - também presente no artigo de Souza, Pereira e Gontijo (2014) -, internação compulsória, desarticulação com a rede de assistência social e negligência em relação aos princípios que orientam à Reforma Psiquiátrica no dia a dia dos serviços – menos de 25% das profissionais entrevistadas utilizavam a Redução de Danos e a Reabilitação Psicossocial como orientadores de suas práticas, apesar de serem os pressupostos da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas. As autoras salientaram também que apesar de a grande maioria das terapeutas ocupacionais entrevistadas estarem em processo de continuação da formação, menos de 40% é na área de saúde mental com o enfoque nas drogas. Sendo assim, elas acrescentam que é necessário investigar as ofertas disponíveis de cursos para essa temática e seus custos como uma forma de entender o pouco investimento das profissionais no aspecto das substâncias psicoativas.

Diferentemente dos artigos supramencionados, Silva et al (2014), produziram um relato de experiência sobre atividades implementadas e elaboradas, em 2013, pelo Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia (CRR/FCE/UnB). Segundo os autores, os Centros Regionais de Referência (CRR) foram criados a partir do programa *Crack, é possível vencer*, visando à capacitação e à articulação de profissionais em uma perspectiva intersetorial. Portanto, além dos serviços de saúde, as ações de educação permanente – prevenção, tratamento e Redução de Danos – dos CRR buscam atingir trabalhadores da assistência social, segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário e de instituições que atendem jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Vinculados a instituições de ensino superior públicas, as estratégias desenvolvidas objetivaram focar nos processos de vulnerabilidades relacionadas ao uso de drogas e não no consumo em si. A equipe do CRR/FCE/UnB, formada por docentes e discentes da UnB e de outras

instituições de ensino, técnicos administrativos e colaboradores externos, atuou em quatro municípios, um no Distrito Federal e os outros três em Goiás. Segundo Silva et al (2014), por meio do mapeamento dos territórios, pelo período de três meses, foi possível caracterizá-los quanto aos serviços presentes e quanto à demanda específica em relação ao abuso de substâncias psicoativas, e às vulnerabilidades associadas, em cada um deles. Grande parte dos profissionais de cada região realizavam ações isoladas no cuidado para com usuárias/os de drogas, não havendo um acompanhamento articulado em rede. De acordo com os autores, o processo de formação permanente do CRR/FCE/UnB não se restringiu à transmissão de conteúdos e buscou, principalmente, a construção de um cuidado em rede que superasse a visão reducionista do uso abusivo de drogas. O trabalho, como informado no artigo, não estava findado até a publicação, sendo um processo lentamente construído, mas essencial à preparação de profissionais empoderados e alinhados às políticas nacionais relacionadas à temática.

O artigo de Oliveira et al (2015), assim como o de Silva et al (2014), é um relato de experiência sobre o Centro Regional de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade de Ceilândia/ Universidade de Brasília (CRR-UnB/FCE), sendo o mesmo projeto citado no artigo anterior. No entanto, esse texto aprofunda-se mais sobre a organização e a elaboração do CRR-UnB/FCE. Dessa forma, os autores trazem informações quanto à equipe selecionada para a realização dos encontros, como foram realizados os mapeamentos dos territórios escolhidos e as temáticas dos cursos de capacitação. Sobre a equipe, 27 era a quantidade de integrantes, sendo eles docentes e pesquisadores universitários – seis da Terapia Ocupacional da FCE/UnB -, 12 estudantes de graduação, três técnicos-administrativos, dois assistentes técnico-pedagógicos, uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga. Em relação ao mapeamento, ele foi realizado por meio de levantamentos dos dados de todos os serviços específicos e/ou relacionados ao cuidado para com usuárias/os de drogas de cada território e, posteriormente, visitas aos gestores e aos serviços. Os cursos de capacitação foram produzidos segundo a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e, então, foram utilizadas técnicas diversas buscando uma participação máxima dos profissionais da rede intersetorial de cada região. Para tanto, foi criado um site (<http://alcooledrogas.unb.br>) que permanece ativo. Além das aulas, o CRR-UnB/FCE também desenvolveu atividades de apoio matricial. Os autores também expõem



algumas dificuldades no prosseguimento das atividades, como o funcionamento dos serviços e a consequente não liberação dos profissionais para as capacitações e às ações de segurança do estado através das chamadas operações da Polícia Militar. Isso demonstra que ainda falta um engajamento efetivo do governo e do município a fim da superação da problemática das drogas como algo unicamente da substância em si, ignorando sua complexidade. Faz-se importante destacar que Oliveira et al (2015) apresenta, por meio de Laranjeira (2010) e Pinsky (2010), algumas justificativas gerais para a capacitação de profissionais envolvidos na atenção às/aos usuárias/os de drogas e seus familiares, sendo que, entre elas, está o descompasso na abordagem da temática nos cursos de graduação.

Apesar de existirem diferenças estruturais e organizacionais entre os serviços (CR, CAPS ad), nos dois primeiros artigos há o apontamento sobre a necessidade de formação/educação permanente das/os profissionais. A realização de práticas baseadas em saberes tecnicistas e moralmente influenciados, presentes em Souza, Pereira e Gontijo (2014) e a falta de comunicação entre a rede de saúde e a rede de assistência social somada à desconsideração de princípios da Reforma Psiquiátrica, como denunciadas em Silva et al (2015) corroboram com práticas profissionais insuficientes e por vezes desrespeitosas para com as/os usuárias/os de substâncias psicoativas. Práticas distantes ainda de serem, de fato, universais, integrais e justas em consonância às políticas públicas. Em concordância a essa necessidade de formação/educação permanente, Silva et al (2014) e Oliveira et al (2015) demonstram, por meio de seus textos (ambos relatos de experiência), a prática de um serviço que visa à capacitação de profissionais, não só da saúde, mas também da assistência social e da justiça. Ainda que financiado pelo programa *Crack, é possível vencer*, cuja criação é justificada por uma suposta epidemia de crack, o Centro Regional de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade de Ceilândia/Universidade de Brasília realizou (e realiza) suas ações educativas a partir do referencial teórico da Redução de Danos, buscando um cuidado integral com uma boa articulação da rede intersetorial.

## 6.2 Drogas e formação profissional graduada em Terapia Ocupacional

Em apenas três dos seis artigos selecionados houve a menção da necessidade de uma discussão sobre a temática das drogas durante a graduação. Destes três, apenas um aprofundou um pouco mais a questão para além de uma simples escassez na formação acadêmica.

No artigo de Silva et al (2015) o assunto da graduação é tocado de forma superficial e apenas complementar ao texto do artigo. A partir da citação de um texto de Gallassi e Santos (2013), as autoras falaram sobre a importância da temática das substâncias psicoativas e do cuidado para com a população em uso abusivo de álcool e outras drogas ser discutido durante a graduação em todos os cursos da área da saúde com o propósito de qualificar as práticas profissionais.

Já o artigo de Cordeiro, Godoy e Soares (2014) debruça-se bastante sobre as questões das drogas para além dos seus aspectos biológicos, frisando a influência dos determinantes sociais. Na discussão, aborda-se a falta da temática na graduação e como ela, quando existente, fica restrita aos aspectos biológicos (COELHO, 2012 apud CORDEIRO; SOARES; GODOY, 2014), sendo discutida em disciplinas de psiquiatria e/ou farmacologia (SOARES, 2007 apud CORDEIRO; SOARES; GODOY, 2014). Consequentemente, a ausência ou o debate insuficiente das questões das drogas colaboram com profissionais com práticas que não atendem às necessidades da clientela, além de não buscarem aprofundamento dessas questões para além do binômio saúde-doença (COELHO, 2012 apud CORDEIRO; GODOY; SOARES, 2014). Ainda por meio de Coelho (2012) e Soares (2007), o artigo traz que a continuação de ações que culpabilizam o sujeito pelo seu adoecimento, ignoram os atravessamentos sociais, econômicos, políticos e culturais da vida de todo ser humano. Em se tratando da temática das substâncias psicoativas, essa ideia simplista vai ao encontro do “paradigma de guerra às drogas” que ignora esses atravessamentos e reduz a “solução” a uma ação violenta do Estado (CARNEIRO, 2002 apud CORDEIRO; GODOY; SOARES, 2014). Dessa forma, as ações em saúde nesse ângulo frustram tanto a pessoa em acompanhamento, quanto as/os profissionais.

O estudo realizado por Mângia, Muramoto e Marques (2010) ratifica a necessidade da discussão sobre a temática das drogas durante a graduação expostas pelos outros artigos. A pesquisa dessas autoras buscou conhecer,

caracterizar e analisar a entrada de egressas/os de Terapia Ocupacional formados na Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) em serviços e/ou projetos de saúde mental no SUS a partir de entrevistas com alguns deles. No tópico do texto sobre o perfil da oferta assistencial, as autoras frisam que os conhecimentos trazidos da graduação pelas/os profissionais sobre a atenção às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e drogas costumam ser frágeis. Esta problematização é ratificada pelos dados coletados através das entrevistas, já que as/os egressas/os disseram não se sentirem preparadas/os para atuar na clínica de álcool e drogas. No item sobre formação e prática profissional, Mângia, Muramoto e Marques (2010), apontaram que os conteúdos presentes na formação universitária são essenciais para a reflexão e efetuação de uma prática profissional. Alguns dos temas considerados importantes pelas/os entrevistadas/os de serem vistos durante a graduação foram “as políticas e programas voltadas para a população que apresenta transtornos decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas”. As autoras concluem que há a necessidade de ocorrerem alterações na graduação de terapeutas ocupacionais principalmente em relação aos “campos da atenção básica, da dependência química e alcoolismo e gestão de serviços”.

Segundo Andrade (2002), a pouca abordagem teórica sobre o tema nas universidades pode ser entendida como um reflexo de uma sociedade orientada por uma moral fortemente religiosa que vê as drogas (as substâncias ilícitas, principalmente), não importa o princípio ativo, como as causadoras de todo o mal e a/o usuária/o como marginais. Com a finalidade de romper com esse pensamento, Cordeiro et al (2016) propõe a educação emancipatória, posto que essa didática busca rememorar os valores de solidariedade a fim de transformar sujeitos passivos e individuais em sujeitos conscientes e coletivos. Para Soares (2007) apud Cordeiro et al (2016), é fundamental que as pessoas percebam as contradições produzidas pelo sistema capitalista o qual ao mesmo tempo que produz bens, aprofunda desigualdades. Essa concepção é que permite a compreensão da complexidade por trás do comércio e uso de drogas e, então, ações, tanto de usuárias/os de substâncias psicoativas, como de profissionais de saúde, que possibilitem a superação das problemáticas relacionadas (SOARES, 2007 apud CORDEIRO et al, 2016).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do questionamento sobre a pouca carga horária direcionada sobre a temática das drogas durante a graduação e sua implicação na prática profissional, buscou-se pesquisar ementas de disciplinas de Saúde Mental de cursos de Terapia Ocupacional de Instituições públicas de Ensino Superior e publicações, em periódicos nacionais de Terapia Ocupacional, que discutissem sobre formação – acadêmica ou continuada – em relação à temática das substâncias psicoativas. A pesquisa, no entanto, encontrou algumas limitações, como a pequena quantidade de ementas disponíveis nos sites das Instituições de Ensino Superior públicas e o número reduzido de textos que discorressem sobre as formações. Sobre a graduação e o ensino das questões das drogas, especificamente, não foi encontrado nenhum texto cujo tema principal fosse esse, sendo apenas achados artigos que mencionavam, dentro de suas temáticas principais, a questão. Reforça-se, portanto, a necessidade de serem produzidos artigos, na Terapia Ocupacional, que discorram sobre a formação profissional – principalmente a acadêmica - e a atenção às/aos usuárias/os de drogas, sendo posteriormente publicadas nos periódicos nacionais.

O enfoque na Saúde Mental se deu devido à atenção às/aos usuárias/os de álcool e outras drogas, ainda que presente na Atenção Básica, ser fortemente referenciado a um cuidado em saúde mental. No caso do curso de graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ - partindo da experiência pessoal -, as questões relacionadas ao cuidado à população que faz uso de substâncias psicoativas ficam restritas à disciplina de saúde mental. Diante da complexidade da temática e da amplitude de assuntos existentes no campo da Saúde mental, entende-se que a abordagem em uma única disciplina é insuficiente para a construção de futuras/os profissionais capazes de lidar com a questão para além da dependência. Esta se encontra muito mais associada com a relação que a/o usuária/o tem com a droga, do que com a substância em si mesma (ALARCON, 2014). Além disso, o tráfico, a repressão policial e as violências consequentes são também importantes de serem trazidos à discussão para a reflexão e atuação profissional que não ignorem os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos dos sujeitos e do país.

Ao se pensar na formação de profissionais, nesse caso a de terapeutas ocupacionais, para liderem na prática profissional com a questão das drogas, é preciso ressitua-la a partir do objeto da Terapia Ocupacional, a ocupação. Segundo

Santos e Silva (2013 apud GALLASSI; SANTOS, 2014), entender a dependência química a partir do fazer desses sujeitos aproxima terapeuta e usuária/o para um cuidado que se faz a partir dos afetos que se estabelecem na relação entre o desejo de interromper o ciclo e a sua permanência.

Esse entendimento é importante para que se construa uma base teórica, da Terapia Ocupacional, que sustente uma prática inclusiva e múltipla. Defende-se que a abstinência (ou não) deve ser uma escolha pessoal, consciente, ativa da/o usuária/o e não algo imposto à/a ela/e, o que remete à autonomia, conceito importante para a Terapia ocupacional.

Pensar uma prática profissional da/o terapeuta ocupacional à/ao usuária/o de drogas requer também certa empatia não apenas pelo sujeito, mas pela problemática em questão. Não basta estarmos próximos, é preciso estabelecer conexões com este sujeito, estar e “sentir com estas pessoas” (BROWN, 2010). Essa atitude demanda disposição para se expor, afinal, para compreender alguém que está triste, por exemplo, é necessário se conectar em algo em nós que nos faz lembrar como é se sentir triste (BROWN, 2010). A questão das drogas vai muito além da substância em si, e a fragilidade das relações sociais pode impulsionar o seu uso; sobriedade não é o contrário do vício, conexão é (HARI, 2015). Pode-se dizer que o que os seres humanos precisam é de afeto. Onde buscamos nosso afeto? Talvez numa formação política e sensível para lidar com as ocupações e os saberes e fazeres de sujeitos e populações conectados ao universo das drogas.

## REFERÊNCIAS

ALARCON, S. O uso Prejudicial e a Dependência de Álcool e Outras Drogas. In: JORGE, M. A. S.; CARVALHO, M. C. A.; SILVA, P. R. F. (Org). **Políticas e Cuidado em Saúde: contribuições para a prática profissional**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. v. 1, c. 9, p. 201-228.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 117 p.

ANDRADE, T. M. Redução de danos, um novo paradigma? In: MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL; UNIÃO EUROPEIA. **Entre riscos e danos: Uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas**. Paris: Editions Scientifiques ACODESS, 2002. p. 83-86.

BRASIL. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. **Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências**, Brasília, DF, maio 2010.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abr. de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**, Brasília, DF, abr 2001.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências**, Brasília, DF, ago 2006.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de set. de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**, Brasília, DF, set 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dez. de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**, Brasília, DF, dez 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.088, de 23 de dez. de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**, Brasília, DF, dez 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.588, de 23 de dez. de 2017. **Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências**, Brasília, DF, dez 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 336, de 19 de fev. de 2002. **Dispõe sobre os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, para**

**atendimento público em saúde mental, isto é, pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não-intensivo**, Brasília, DF, fev 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CES 6 do Conselho Nacional de Educação, de 19 de fevereiro de 2002. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**, Brasília, DF, fev 2002.

BRASIL. Resolução nº1 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, de 9 de março de 2018. **Define as diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da PNAD - Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto 4.345, de 26 de agosto de 2002**, Brasília, DF, mar 2018.

BROWN, B. **The power of vulnerability**. Houston: TEDx. 20min13s. Disponível em: < [https://www.ted.com/talks/brene\\_brown\\_on\\_vulnerability?nolanguage=en-us](https://www.ted.com/talks/brene_brown_on_vulnerability?nolanguage=en-us)>. Acesso em: 25 de nov. 2018.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 6, p. 115-128, 2002. Conselho Federal de Psicologia. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. - Brasília: CFP, 2013.

CORDEIRO, L.; CAVALCANTI, B. S. G.; CAMPOS, C. M. S.; KEHL, T. M.; SOARES, C. B.; MARTINS, V. L. S. Ensino sobre drogas psicoativas e redução de danos emancipatória: proposta de disciplina para graduação, na perspectiva da Saúde Coletiva. **Revista Sociologia em Rede**, Goiás, v.6, n.6, p. 272-287, 2016.

CORDEIRO, L.; GODOY, A.; SOARES, C. B. A supervisão como processo educativo: Construindo o paradigma de redução de danos emancipatória com uma equipe de CAPS-AD. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 153-159, 2014.

DELGADO, P.G. Drogas: o desafio da saúde pública. In: ACSELRAD, G. (org). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2° Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 165-181.

DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21° Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p. FIORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 92, p. 9-21, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3° Ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 399 p.

FRANCISCO, B. R. **Terapia ocupacional**. 2° Ed. Campinas: Papyrus, 2001. 79 p.

GALLASSI, A. D.; SANTOS, V. A necessária e urgente mudança na abordagem das pessoas em sofrimento pelo uso de drogas. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 1-4. 2014.

GALLASSI, A. D.; SANTOS, V. O abuso de drogas: desafios e opções para a prática do profissional de saúde no Brasil. **Brasília Med**, v. 50, p. 51-57. 2013.

HARI, J. **Everything you think you know about addiction is wrong**. Londres: TED *Global London*. 14min43s. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/johann\\_hari\\_everything\\_you\\_think\\_you\\_know\\_about\\_addiction\\_is\\_wrong?nolanguage=en-us](https://www.ted.com/talks/johann_hari_everything_you_think_you_know_about_addiction_is_wrong?nolanguage=en-us)>. Acesso em: 25 de nov. 2018.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, v.11, n.2, p. 301-308, 2012.

MÂNGIA, E. F.; MURAMOTO, M. T.; MARQUES, A. L. M. Formação profissional e serviços de saúde mental no SUS: estudo sobre a inserção de egressos do Curso de Terapia Ocupacional da FMUSP. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 2, p. 148-157, 2010.

Ministério da Justiça. **Crack, é Possível Vencer**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/programas-e-planos/crack>>. Acesso em: 21 de nov. de 2018.

Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/politica-nacional-de-saude-mental-alcool-e-outras-drogas>>. Acesso em 21 de nov. de 2018.

NETTO, F. A. F. **O problema do crack: emergência, respostas e invenções sobre o uso do crack no Brasil**. 2013. 92f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, F. M.; SANTOS, V.; SANTOS, J. E.; SILVA, M. N. R. M. O.; NOGUEIRA, D. J.; DUARTE, M.; GALLASSI, A. D. Centro Regional de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade de Ceilândia/Universidade de Brasília. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v.23, n.1, p. 227-234, 2015.

SCHWARTZ, K. A História da Terapia Ocupacional. In: CREPEAU, E. B.; COHN, E. S.; SCHELL, B. A. B. **Terapia Ocupacional Willard & Spackman**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. c. 49, p. 796-801.

SILVA, C. R.; SANTOS, C. N.; NOGUEIRA, J. N.; MALFITANO, A. P. S. Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 321-334, 2015.

SILVA, M. N. R. M. O.; SANTOS, V.; SANTOS, J. E.; OLIVEIRA, F. M.; NOGUEIRA, D. J.; GALLASSI, A. D. Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v.22, n. Suplemento Especial, p. 145-152, 2014.



SOARES, Léa. História da Terapia Ocupacional. In: CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. v. único, c. 1, p. 3-9.

SOUZA, V. C. A.; PEREIRA, A. R.; GONTIJO, D. T. A experiência no serviço de Consultório de Rua na perspectiva dos profissionais: Contribuições para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 37-47, 2014.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 25-59, 2002.

United Nations Office on Drugs and Crime. **No Brasil, Senad lança Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas**. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/02/18-no-brasil-senad-lanca-centros-regionais-de-referencia-em-crack-e-outras-drogas.html>>. Acesso em: 19 de nov. de 2018.

VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010/E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo: **CEBRID** - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD, 2010. 503 p.

**ANEXOS**

**Anexo 1 – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

Saúde Mental	Estuda as políticas de saúde mental; a epidemiologia em saúde mental; o estresse e a ansiedade. Mecanismos de adaptação; a teoria de crise, a terapia ocupacional e o processo de trabalho em equipe no contexto da saúde mental comunitária.
--------------	---

## Anexo 2 – Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
SEGUNDO PERÍODO		
DISCIPLINA Terapia Ocupacional em Saúde Mental I		CÓDIGO TEOP022
CURSO EM QUE É OFERECIDA		CLASSIFICAÇÃO
<input type="checkbox"/> Terapia Ocupacional		Obrigatória      Optativa
		X
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 27 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 2	CARGA HORÁRIA SEMANAL 1:30 horas
PRÉ-REQUISITO (S)		CÓDIGO (S)
<input type="checkbox"/> Não há pré-requisito		
<b>EMENTA</b> Estudo e análise das repercussões do pensamento positivista na prática em saúde, considerando as relações de poder-saber no trabalho multi e interdisciplinar.		
<b>OBJETIVO GERAL</b> Favorecer a análise crítica do jogo de forças políticas, econômicas e sociais que constituem as práticas terapêuticas, a fim de construir uma consciência ética, política e estética do cuidado humanizado em saúde.		
<b>ABORDAGEM</b> (X) Teórica (X) Prática	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> Aulas teóricas, Seminários; Estudo dirigido individual e/ou em grupo; Estudos de caso.	
<b>ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR</b> Aulas interdisciplinares e trabalho de campo.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> AMARANTE, P. <i>Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Panorama ENSP, 1995. FOUCAULT, M. <i>História da loucura na época clássica</i> . São Paulo: Perspectiva, 2008. SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. <i>Compêndio de Psiquiatria</i> . Porto Alegre: Artmed, 2007.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> AMARANTE, P. <i>Arquivos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial</i> . Rio de Janeiro: Nau, 2005. BITTENCOURT, R. C. B. <i>Representações Corporais em doentes mentais institucionalizados</i> . Rio de Janeiro: Editora Bispo do Rosário - Associação Cultural Colônia. 2001. GOFFMAN, E. <i>Manicômios, prisões e conventos</i> . 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. MERHY, E. E.; AMARAL, H. <i>A reforma psiquiátrica no cotidiano II</i> . São Paulo: HUCITEC, 2007. SARACENO, B. <i>Manual de saúde mental</i> . 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.		
Coordenadora do Curso Márcia Cristina de Araújo Silva		Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Alessandra Ciambarella Paulon

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
QUARTO PERÍODO		
DISCIPLINA Terapia Ocupacional em Saúde Mental II		CÓDIGO TEOP121
CURSO EM QUE É OFERECIDA		CLASSIFICAÇÃO
<input type="checkbox"/> Terapia Ocupacional		Obrigatória      Optativa
		X
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 54 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 4	CARGA HORÁRIA SEMANAL 3 horas
PRÉ-REQUISITO (S)		CÓDIGO (S)
<input type="checkbox"/> Terapia Ocupacional em Saúde Mental I		TEOP022
<b>EMENTA</b>		
Estudos e cartografias do campo da psiquiatria e da saúde mental infanto-juvenil e da mulher. Atuação do terapeuta ocupacional na clínica da atenção psicossocial, de forma ético-estético-política.		
<b>OBJETIVO GERAL</b>		
Favorecer estudo crítico sobre os principais transtornos mentais e sobre a clínica da atenção psicossocial relacionados à criança, ao adolescente e à mulher, proporcionando assim o exercício ético-estético-político de práticas de atenção e gestão em saúde mental infanto-juvenil e da população feminina.		
<b>ABORDAGEM</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	
(X) Teórica	Aulas expositivas dialogadas; Leitura crítica de artigos; Debates; Estudo	
(X) Prática	dirigido individual e/ou em grupo.	
<b>ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR</b>		
Visitas às instituições de saúde mental		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
AMARANTE, P. <i>Arquivos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial</i> . v. 2. Rio de Janeiro: Nau, 2005.		
DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. <i>Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas</i> . 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.		
SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. <i>Compêndio de Psiquiatria</i> . Porto Alegre: Artmed, 2007.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
BITTENCOURT, R. C. B. <i>Representações Corporais em doentes mentais institucionalizados</i> . Rio de Janeiro: Editora Bispo do Rosario-Associação Cultural Colônia. 2001.		
BOWLBY, J. <i>Cuidados Maternos e Saúde Mental</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
GARRALDA, M. E. <i>Tratando a criança com problemas psiquiátricos</i> . Belo Horizonte: Maltese, 1995.		
GRUNSPUN, H. <i>Distúrbios neuróticos da criança: psicopatologia e psicodinâmica</i> . Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.		
PIACENTINI, P. <i>Brincar é desenvolver: um caminho para o mundo do autismo</i> . Recife: Libertas, 2011.		
Coordenadora do Curso Márcia Cristina de Araújo Silva		Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Alessandra Ciambarella Paulon

### Anexo 3 – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

#### FMA307-T. O. em Saúde Mental

Discutir a constituição do campo das políticas e das práticas da saúde mental e as intervenções terapêuticas ocupacionais neste campo.

\_\_\_\_Bibliografia Recomendada\_\_\_\_ 1- AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Ed FIOCRUZ, 2007 2- MEDEIROS, M. H. R. Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003. 3- CARLO, Marysia M. R. Prado de. Terapia Ocupacional no Brasil. São Paulo: plexus, 2001. 4- COSTA, Clarice e FIGUEIREDO, Ana (org). Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental Sujeito, produção e cidadania. Rio de Janeiro: Contra Capa 2004 5- Cadernos do IPUB: Nº 22. Desinstitucionalização. A experiência dos Serviços Residenciais Terapêuticos Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Psiquiatria, 2006 6- Cadernos do IPUB: Nº 24. Saúde mental na atenção básica Rio de Janeiro: UFRJ/IPUB, 2007 7- GALLETTI, Maria Cecília. Oficina em Saúde Mental Instrumento Terapêutico ou Intercessor Clínico? Goiânia: Ed da UCG, 2004 8- CAMPOS, G. W. S. Reforma da Reforma: repensando a saúde. São Paulo: Hucitec, 2006. 9- MAXIMINO, Viviane. Grupos de atividades com pacientes psicóticos. São Jose dos Campos: UNIVAP, 2001 10- THELMA, Sumsion. Prática baseada no cliente na Terapia Ocupacional. São Paulo: Rocca, 2003.

Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA)

## Anexo 4 – Universidade de São Paulo (USP – São Paulo)

Informações da Disciplina

---



Faculdade de Medicina

Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional

**Disciplina: MFT0723 - Terapia Ocupacional em Saúde Mental I**  
Occupational Therapy in Mental Health I

**Créditos Aula:** 4  
**Créditos Trabalho:** 0  
**Carga Horária Total:** 60 h  
**Tipo:** Semestral  
**Ativação:** 01/01/2012 **Desativação:**

### Objetivos

Introduzir o aluno ao estudo da atenção comunitária em saúde mental e dos núcleos de intervenção gerais e específicos desenvolvidos por equipes multiprofissionais e, em particular, pela terapia ocupacional no contexto das redes de serviços de saúde mental. Para tanto é necessário contextualizar a emergência do campo da atenção comunitária em saúde mental seus princípios e diretrizes. Conhecer as concepções sobre o trabalho em rede de serviços, trabalho interprofissional e intersetorial, bem como organização, tipologias e níveis assistenciais dos serviços comunitários de saúde mental no contexto da Política Nacional de Saúde Mental. Requer também, o estudo das metodologias e instrumentos utilizados nesse campo pelas equipes e, particularmente, pela Terapia Ocupacional no cuidado às pessoas com transtorno mental.

### Docente(s) Responsável(eis)

88242 - Elisabete Ferreira Mângia

### Programa Resumido

I Loucura e doença mental: nascimento do asilo  
 II Instituição Psiquiátrica no Brasil: Tratamento Moral e Terapia ocupacional  
 III Reformas psiquiátricas e o processo de constituição do campo da atenção comunitária em saúde mental  
 IV. Saúde Mental Comunitária: princípios, diretrizes e práticas.  
 V A Terapia Ocupacional nas redes de serviços comunitários de saúde mental: principais proposições teóricas e práticas.  
 VI O cuidado em saúde mental com pessoas com transtornos mentais severos e pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no contexto das proposições da Política Nacional de Saúde Mental.

### Programa

1. Constituição e princípios do paradigma da psiquiatria na Europa e no Brasil;
2. Tratamento Moral e terapêutica asilar
3. Bases da terapia ocupacional asilar e mudança de paradigma;
4. Construção da Saúde Mental comunitária: Reformas psiquiátricas e novas Políticas de Saúde Mental;
5. Saúde mental Comunitária; base ética, princípios e diretrizes;
6. As redes de serviços de saúde mental comunitária: atenção básica, atenção secundária, demais serviços e ações intersetoriais, propostas pelo Sistema Único de Saúde;
7. Atenção psicossocial: princípios e estratégias, trabalho interprofissional e redes sociais;
8. Construção de projetos terapêuticos singulares orientados pelo princípio da integralidade e participação: teoria e prática;
9. Proposições do Modelo de Matriz
10. O trabalho em equipe interprofissional;
11. Ações e construção de perfis profissionais em saúde mental comunitária: assistência, gestão, matriciamento, etc

### Avaliação

#### Método

O curso se apóia em metodologia participativa e cada encontro é dividido em 2 períodos: 1º diálogo conduzido pelo professor e 2º trabalho em pequenos grupos com orientação e acompanhamento. Assim desenvolve:

- Exposição dialogada orientada por bibliografia;
- Trabalho em grupo;
- Elaboração grupal e individual de roteiros com questões norteadoras a cada aula
- Produção de mapas conceituais
- Organização de portfólio individual
- Monitoramento e orientação individual e grupal da leitura e redação de textos;
- Visita programada;



- Utilização de recursos áudio visuais.
- Trabalho de campo

#### **Critério**

Avaliação continuada individual e grupal de acordo com os seguintes critérios:

- participação nas atividades propostas;
- assiduidade e pontualidade;
- cumprimento das atividades solicitadas;
- entrega de portfólio individual em 3 momentos
- avaliação da leitura-escrita;
- auto avaliação e avaliação grupal

#### **Norma de Recuperação**

Os alunos que obtiverem nota inferior a 5 e superior a 3 na primeira avaliação terão oportunidade de realizar segunda avaliação de acordo com o calendário escolar.

#### **Bibliografia**

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006. Ministério da Saúde: Brasília, janeiro de 2007.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Equipe de referência e apoio matricial / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- Brasil. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. / Departamento de atenção básica,coordenação geral de saúde mental coordenação de gestão da atenção básica,Circular Conjunta n . 01/03, de 13/11/03.Saúde mental e atenção básica o vínculo e o diálogo necessários. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>
- Campos , G. W. S. ; Domitti, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(2): 399-4-7, fev, 2007.
- FRAYZE-PEREIRA, João. O Que é Loucura, SP, Brasiliense, 1982.
- MÂNGIA, E.F. Psiquiatria e Tratamento Moral: o trabalho como ilusão de liberdade, Rev Ter Ocup Univ São Paulo, vol8,n2/3, p.91-7, maio/dez, 1997.
- MÂNGIA, E.F, Rosa, C.A. Desinstitucionalização e Serviços Residenciais Terapêuticos Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p.71-7, maio/ago. 2002.
- MÂNGIA, E.F Contribuições da abordagem canadense "Prática de Terapia Ocupacional Centrada no Cliente" e dos autores da desinstitucionalização italiana para a Terapia Ocupacional em saúde mental. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 13, n. 3, p.127-34, ago./dez., 2002.
- MÂNGIA, E. F. ; MURAMOTO, Melissa Tiekio . Redes sociais e construção de projetos terapêuticos: um estudo em serviço substitutivo em saúde mental. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 18, p. 54-62, 2007.
- MÂNGIA, E. F. ; MURAMOTO, Melissa Tiekio . Integralidade e construção de novas profissionalidades no contexto dos serviços substitutivos de saúde mental. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 17, p. 115-122, 2006.
- Mângia, E.F.; Muramoto, M.T.. Modelo de Matriz: ferramenta para a construção de boas práticas em saúde mental comunitária. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 118-125, maio/ago. 2009.
- MÂNGIA, E.F , NICÁCIO, M F.S Terapia Ocupacional em Saúde Mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: CARLO, Marysia M.r. Prado de; BARTALOTTI, Celina Camargo. (Org.). Terapia Ocupacional no Brasil. São Paulo, 2001, p. 63-80.
- Merhy, Emerson Elias, Engravitando palavras: o caso da integralidade, disponível em <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/>
- Emerson Elias Merhy\* A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência, disponível em [http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/OMS/OPAS Relatório sobre a saúde no mundo- 2001. Saúde Mental: Nova concepção, Nova esperança., Gráfica Brasil, Organização Mundial da Saúde, 2001.](http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/OMS/OPAS%20Relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20sa%C3%BAde%20no%20mundo-2001.pdf)
- Peduzzi, Marina Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia, Rev Saúde Pública 2001;35(1):103-9 103. [www.fsp.usp.br/rsp](http://www.fsp.usp.br/rsp)
- SARACENO, B Libertando Identidades. Da reabilitação Psicossocial à cidadania possível, Belo Horizonte, Instituto Franco Basaglia/TeCorá.,1999. (Cap. 1,2,3 e 6)
- Thornicroft, G.; Tansela, M. Boas Práticas em Saúde Mental Comunitária (Tradução: Melissa Muramoto). Barueri: Ed. Manole; 2009..
- Vasconcelos, Eduardo M. Abordagens Psicossociais, Vol II Reforma Psiquiátrica e Saúde mental na Ótica da cultura e das Lutas Populares, Editora Hucitec, São Paulo, 2008.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0723&codcur=5072&codhab=0&print=true>



**Faculdade de Medicina**
**Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional**
**Disciplina: MFT0724 - Terapia Ocupacional em Saúde Mental II**  
 Occupational Therapy in Mental Health II

<b>Créditos Aula:</b>	4
<b>Créditos Trabalho:</b>	0
<b>Carga Horária Total:</b>	60 h
<b>Tipo:</b>	Semestral
<b>Ativação:</b>	15/07/2017 <b>Desativação:</b>

**Objetivos**

conhecer e refletir sobre a complexidade da problemática da loucura e as relações produzidas no contexto social, e a singularidade dos processos e das narrativas de história de vida das pessoas com a experiência do sofrimento psíquico e da exclusão social. Composto a construção desta compreensão, possibilitar o estudo, pautado no referencial da desinstitucionalização, das relações entre as pessoas, as instituições e os contextos na atenção psiquiátrica e em saúde mental e, em particular, das formas de tutela, das relações e validação/invalidação, e dos processos que propiciam a produção de autonomia e o exercício de direitos, fundamentais na atenção em Terapia Ocupacional. possibilitar o estudo e a reflexão sobre a inserção da Terapia Ocupacional nas políticas públicas de saúde mental, propiciando a compreensão dos processos de superação das instituições asilares e de produção de projetos territoriais de saúde mental no contexto do SUS e, em particular, o conhecimento e a análise sobre a atenção em Terapia Ocupacional nas instituições e ações inovadoras de saúde mental e nas proposições intersetoriais, enfocando o quadro conceitual, as modalidades de atenção e a produção de projetos singulares.

**Docente(s) Responsável(eis)**

56552 - Maria Fernanda de Silvio Nicacio

**Programa Resumido**

1. A construção do olhar para as pessoas com a experiência do sofrimento psíquico; 2. A inserção da Terapia Ocupacional nas políticas públicas de saúde mental; 3. Desinstitucionalização; 4. Dimensões da atenção em Terapia Ocupacional nas ações e instituições inovadoras de saúde mental e nas proposições intersetoriais.

**Programa**

A construção do olhar para as pessoas com a experiência do sofrimento psíquico: relação com as pessoas com a experiência do sofrimento psíquico em seu contexto; diferentes sentidos do adoecer para as pessoas e as narrativas de história de vida; formas de tutela; relações de validação/invalidação; relação sujeitos, serviços, contextos e recursos na atenção psiquiátrica e em saúde mental. A inserção da Terapia Ocupacional nas políticas públicas de saúde mental: reforma psiquiátrica: marcos conceituais, principais atores e modelos assistenciais; trajetórias da reforma psiquiátrica e inserção da terapia ocupacional. Desinstitucionalização: a superação das instituições asilares e a produção de projetos territoriais de saúde mental no contexto do SUS; as ações e as instituições inovadoras de atenção em saúde mental e as proposições intersetoriais: centros de atenção psicossocial, centros de convivência e projetos culturais, cooperativas sociais, e ações territoriais e comunitárias; multidimensionalidade e complexidade da atenção centrada nas pessoas em seu contexto. Dimensões da atenção em Terapia Ocupacional nas ações e instituições inovadoras de saúde mental e nas proposições intersetoriais: produção de projetos singulares: validação do outro e diálogo com as histórias de vida das pessoas em seu contexto e rede de relações; a construção de projetos terapêuticos singulares que possibilitem a produção de autonomia e a participação na vida social, a ampliação de poder contratual, a potencialização de redes sociais e o exercício de direitos; o significado de reabilitar e a perspectiva da reabilitação psicossocial como construção de cidadania; a atenção às situações de crise; o território, a rede social e as atividades que tecem a vida cotidiana; os projetos de inserção no trabalho: superação do "trabalho protegido" e a proposição das Cooperativas Sociais; os projetos culturais.

**Avaliação**
**Método**

frequência e participação nas aulas; seminários temáticos; estudo da bibliografia recomendada e análise de textos; trabalhos escritos.

**Critério**

Participação nas aulas; Pontualidade na realização das atividades propostas; Apropriação e capacidade de discussão de conteúdos teóricos nas aulas, seminários e trabalhos escritos.

## Norma de Recuperação

prova escrita e/ou trabalho escrito sobre temática da disciplina de acordo com calendário escolar.

### Bibliografia

AMARANTE, P. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro, Panorama/ENSP, 1998. 2ª edição revisada e ampliada. BASAGLIA, F.O Tutela, diritti e disuguaglianza dei bisogni. In: GIANNICCHEDDA, M. G.; BASAGLIA, F. O (orgs.) Psichiatria, tossicodipendenza e perizia. Milano, Centri Studi e Iniziative per la Riforma dello Stato, 1987. p.38-52. BRASIL. I Conferência Temática de Cooperativismo Social. Trabalho e direitos: cooperativismo social como compromisso social, ético e político. Relatório final. Brasília, 2010. 17 p. BRASIL, LEIS, etc. Lei 9867, de 10 de novembro de 1999. "Dispõe sobre a criação e o funcionamento das Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos conforme específica". BRASIL, LEIS, etc. Lei 10.216, de 06 de abril de 2001. "Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial". BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria/GM 336 de 19 de fevereiro de 2002. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Legislação em saúde mental. 1990-2004. Série E. Legislação de Saúde. 5. ed. ampliada. Brasília, 2004. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria 3088 de 23 de dezembro de 2011 (república em 2013). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM 130 de 26 de janeiro de 2012 (república em 2013). Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM 854 de 22 de agosto de 2012. Ficam alterados, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde os seguintes atributos dos procedimentos a seguir especificados, a partir da competência outubro de 2012. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental no Brasil. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005. 60 p. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006. Brasília, 2007. 85p. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Saúde mental no SUS: as novas fronteiras da reforma psiquiátrica. Relatório de Gestão 2007-2010. Brasília, 2011. 106p. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde mental e economia solidária. Brasília, Editora do Ministério da Saúde. 2005. 133p. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório Final do GT Saúde Mental e Economia Solidária, instituído pela Portaria Interministerial n. 353 de 7 de março de 2005. Brasília, 2006. 32 p. BRUNELLO, M.I.B. Loucura: um processo de desconstrução da existência. São Paulo. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1992. DE LEONARDIS, O.; MAURI, D.; ROTELLI, F. L'impresa sociale. Milano, ANABASI, 1994. 218p. DELL'ACQUA, G. & MEZZINA, R. Resposta à crise: estratégia e intencionalidade da intervenção no serviço psiquiátrico territorial. In: DELGADO, J. (org.) A loucura na sala de jantar. São Paulo, 1991. p. 53-79. DELGADO, P.G.G. Saúde mental e direitos humanos: 10 anos da lei 10.216/2001. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 63, n.2, p. 114-21, 2011. GOLDBERG, J. Clínica da Psicose: um projeto na rede pública. Rio de Janeiro, Te Corá & Instituto Franco Basaglia, 1994. KINKER, F.S. Trabalho como produção de vida. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 8, n. 1, p.42-8, jan./abr., 1997. MÂNGIA, E. F.; NICÁCIO, F. Terapia Ocupacional em saúde mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: CARLO, M.M.R.P.; BRATALOTI, C.C. (org.) Terapia Ocupacional no Brasil. Fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus, 2001. NICÁCIO, F. O processo de transformação da saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura. São Paulo: 1994. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. NICÁCIO, F. Utopia da realidade: contribuições da desinstitucionalização para a invenção de serviços de saúde mental. Campinas: 2003. Tese de Doutorado. UNICAMP. NICÁCIO, F.; CAMPOS, G.W.S. A complexidade da atenção às situações de crise: contribuições da desinstitucionalização para a invenção de práticas inovadoras em saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 71-81, maio/ago., 2004. NICÁCIO, F.; CAMPOS, G.W.S. Instituições de "portas abertas". Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 16/1, p.40-6, jan./abr. 2005. NICÁCIO, F.; KINKER, F.O desafio de viver fora: construindo a Cooperativa Paratodos. In: CAMPOS, F.C.B.; HENRIQUES, C.M.P. (org.) Contra a maré, à beira mar: a experiência do SUS em Santos. São Paulo, Hucitec, 1997. 2ª edição revista e ampliada. p.167-177. NICÁCIO, F.; MÂNGIA, E.F.; GHIRARDI, M.I. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 62-6, 2005. OLIVER, F. C.; NICÁCIO, F. Da instituição asilar ao território: caminhos para produção de sentido nas intervenções em saúde. In: Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 10, n. 2/3, 1999. ROTELLI, F. Otto piú otto principi: per una strategia de psichiatria comunitaria, collettiva, territoriale (versus salute mentale). In: \_\_\_\_\_. Per lanormalità. Trieste, Asterios Editore, 1999. p. 94-101. SARACENO, B. Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A (org.) Reabilitação Psicossocial no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 13-8. SARACENO, B. Libertando identidades: da reabilitação à cidadania possível. [La fine dell'intrattenimento: manuale di riabilitazione psichiatrica]. Trad. Lúcia H. Zanetta, M. do Carmo Zanetta, Willians Valentini. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999. TYKANORI, R. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A (org.) Reabilitação Psicossocial no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 55-9. TYKANORI, R.. Em busca da cidadania. In: BRAGA CAMPOS, F. C.; HENRIQUES, C. M. P. (org.). Contra a maré, à beira mar: a experiência do SUS em Santos. São Paulo, Scritta, 1996. p.39-49. VASCONCELOS, E.M; LEME, C.C.C.P.; WEINGARTEN, R.; NOVAES, P. R. Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental. Rio de Janeiro, EncantArte, 2005. 246p. Bibliografia complementar ROTELLI, F. Instituição Inventada. In: NICÁCIO, F. (org.) Desinstitucionalização. São Paulo, Hucitec, 1990. p. 89-99. SARACENO, B; ASIOLI, F; TOGNONI, G. Manual de Saúde Mental. São Paulo, HUCITEC, 1994.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0724&codcur=5072&codhab=0&print=true>



## Anexo 5 – Universidade de São Paulo (USP – Ribeirão Preto)



Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

### Disciplinas Interdepartamentais

#### Disciplina: RCG3031 - Abordagens Teórico Metodológicas de Terapia Ocupacional em Saúde Mental

Theoretical Methodological Approaches in Occupational Therapy in Mental Health

**Créditos Aula:** 1  
**Créditos Trabalho:** 0  
**Carga Horária Total:** 15 h  
**Tipo:** Semestral  
**Ativação:** 15/07/2017 **Desativação:**

#### Objetivos

Levar o aluno a conhecer os diferentes modelos teórico metodológicos que norteiam as práticas da Terapia Ocupacional em Saúde Mental, permitindo a compreensão e análise crítico reflexiva dos processos de intervenção clínica desta área. Aprofundar a discussão sobre os modelos da atuação da Terapia Ocupacional aplicados ao campo da saúde mental. Estudar e contextualizar as diferentes abordagens teórico metodológicas da Terapia Ocupacional nos diferentes níveis de atenção em saúde mental.

#### Docente(s) Responsável(eis)

3160040 - Leonardo Martins Kebbe

#### Programa Resumido

Estudar e contextualizar as diferentes abordagens teórico metodológicas da Terapia Ocupacional nos diferentes níveis de atenção em saúde mental.

#### Programa

Modelos Teóricos Metodológicos da Terapia Ocupacional aplicados à intervenção no campo da Saúde Mental. Os quadros de referências aplicados à Terapia Ocupacional em Saúde Mental. Os movimentos de transformação e produção de novos modelos de atenção à Saúde Mental e a Terapia Ocupacional. As abordagens Teórico Metodológicas, as Políticas de Saúde Mental e a atuação da Terapia Ocupacional nas diferentes práticas clínicas e níveis de intervenção.

#### Avaliação

##### Método

Participação nas atividades e debates realizados em sala de aula.  
Participação nas atividades práticas extra-classe.  
Cumprimento das atividades solicitadas.  
Seminários.  
Avaliação escrita.

##### Critério

Média mínima 5,0 e 70% de frequência

##### Norma de Recuperação

Trabalho escrito.

## Bibliografia

- BENETTON, J. Trilhas Associativas - Ampliando recursos na clínica da psicose, SP, Lemos Ed., 1991, 113 p.
- CARLO, M.M.R.P. Se essa casa fosse nossa... Instituições e processos da imaginação na educação especial, Plexus ed., SP, 1999.
- CARLO, M.M.R.P. e BARTALOTTI, C.C. Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas, Plexus ed., SP, 2001, 181p.
- CARLO, M.M.R.P. e LUZO, M.C.M. Terapia Ocupacional - Reabilitação Física e Contextos hospitalares, Ed. Roca, SP, 2004, 354p.
- FERRARI, M.A.C. "Kielhofner e o modelo de ocupação humana". In: Revista de Terapia Ocupacional da USP, vol.2, nº 4, dez.91, p.216-219.
- CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional - Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro - Guanabara Koogan 2007 p da UFSCar, ano VI, vol.6, nº1, jan-jun/97, p.48-60 (trad.)
- HAGEDORN, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional, 2ªed, 1999, São Paulo, Dynamis editorial, 200p.
- HOPKINS, H.L. "Fundamentos teóricos y filosóficos actuales de la Terapia Ocupacional" In: HOPKINS, H.L. e SMITH, H.D. Willard/Spackman - Terapia Ocupacional, 8ªed, Madrid, Editorial Médica Panamericana, 1998, cap.4, p.58-91.
- KIELHOFNER, G. e BURKE, J. "A T.O... após 60 anos: um relatório sobre a mudança de identidade e do corpo de conhecimentos". American Journal of Occupational Therapy, nov/dez. 1977, vol.31, nº10, p.675-689, apostilado.
- "Modelo de ocupação humana: parte I". In: Revista de Terapia Ocupacional da USP, vol.1, nº1, agosto/90, p.55-67.
- "Modelo de ocupação humana: parte II". In: Revista de Terapia Ocupacional da USP, vol.1, nº2, nov./90, p.114-123.
- "Modelo de ocupação humana: parte III". In: Revista de Terapia Ocupacional da USP, vol.2, nº 1, fev.91, p.39-47.
- "Modelo de ocupação humana: parte 4. Avaliação e Intervenção". In: Revista de Terapia Ocupacional da USP, vol.2, nº 2/3, jun/set.91, p.127-144.
- LOPES, R.E. "Perspectivas da terapia ocupacional no cenário internacional" In: Cidadania, Políticas Públicas e Terapia Ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo. Campinas, Tese de Doutorado - Faculdade de Educação - UNICAMP, 1999, p.132-147
- MÂNGIA, E.F. "Apontamentos sobre o campo da terapia ocupacional", In: Revista de Terapia Ocupacional da USP, vol.9, nº1, jan-abr/98, p.5-13.
- MEDEIROS, M.H.R. "A Terapia Ocupacional em relação à produção de conhecimento" In: Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, ano VIII, vol.8, nº1, jan-jun/2000, p.61-68
- NASCIMENTO, B.A. Loucura, trabalho e ordem - o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas, dissertação de mestrado, Ciências Sociais, PUC-SP, 1991, p.103-142. NEISTADT, ME; CREPEAU, EB Terapia Ocupacional -Willard & Saprkman, 9a. ed. Guanabara Koogan 2002
- PINTO, J.M. As correntes metodológicas em Terapia Ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985), dissertação de mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 1990, 160p.
- PUNWAR, Alice. Tendências atuais da terapia ocupacional internacional na prática" In: Cadernos de Terapia Ocupacional

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sglDis=RCG3031&codcur=17200&codhab=4>

**Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**
**Disciplinas Interdepartamentais**
**Disciplina: RCG4026 - Introdução à Terapia Ocupacional Aplicada à Saúde Mental**

Introduction to Occupational Therapy Applied Mental Health

**Créditos Aula:** 1  
**Créditos Trabalho:** 0  
**Carga Horária Total:** 15 h  
**Tipo:** Semestral  
**Ativação:** 01/01/2016 **Desativação:**

**Objetivos**

Introduzir o aluno à problemática do sofrimento psíquico, da loucura e doença mental, permitindo a compreensão do processo de constituição da instituição psiquiátrica em suas determinações históricas e sociais. Aprofundar a discussão sobre a temática do Tratamento Moral no interior do discurso psiquiátrico e como eixo estruturador da atuação da Terapia Ocupacional em saúde mental.

Estudar a noção de saúde mental -prevenção e promoção de saúde mental e a Terapia ocupacional nos diferentes níveis de atenção.

Estudo do desenvolvimento da instituição Psiquiátrica no mundo e no Brasil e dos fundamentos teóricos da TO em Saúde Mental, Processos históricos de desinstitucionalização e Políticas públicas de saúde mental.

**Docente(s) Responsável(eis)**

3160040 - Leonardo Martins Kebbe

**Programa Resumido**

Noção de Loucura  
 Noção de Saúde mental  
 Terapia Ocupacional e Desinstitucionalização  
 Movimentos de transformação e Questionamentos da Psiquiatria  
 Políticas de Saúde Mental

**Programa**

Os conceitos de loucura pelo senso comum e pelo discurso científico.  
 O nascimento do asilo e da psiquiatria  
 História e processo de constituição da Doença mental  
 Tratamento Moral e Terapia Ocupacional  
 Os movimento de Transformação e produção de novos modelos de atenção à saúde mental e a Terapia Ocupacional  
 A Inserção da Terapia Ocupacional nas práticas asilares  
 Políticas de Saúde mental e a inserção da TO nos demais serviços

**Avaliação**
**Método**

Participação nas atividades e debates realizados em sala de aula.  
 Participação nas atividades práticas extra-classe  
 Cumprimento das atividades solicitadas  
 Avaliação escrita.

**Critério**

Média mínima 5, 0 e 70% de freqüência

**Norma de Recuperação**

Trabalho escrito.



## Bibliografia

- AMARANTE, P. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1995 (1998: 2ª edição revista e ampliada)
- AMARANTE, P. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a Psiquiatria. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.
- BARROS, D.D. Perspectiva da instituição e o papel da Terapia Ocupacional. In: Insight, n. 36, p. 27-30, dez.1993. Bentton trilhas associativas
- BRASIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE. II Conferência Nacional de Saúde Mental. Coordenadoria de Saúde Mental. Brasília, 1992.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria SNAS 224/92. Coordenação de Saúde Mental. Brasília, 1992.
- BRUNELLO, M.I.B. Loucura: um processo de desconstrução da existência. São Paulo: 1992. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CASTELFRANCHI, C. Riabilitazione: approcci a confronto. In: CASTELFRANCHI, C.; HENRY, P.; PIRELLA, A. L' invenzione collettiva. Torino, Ed. Gruppo Abele, 1995. p. 197-211.
- CIF
- COORDENADORIA DE SAÚDE MENTAL. Minuta de Portaria de Lares Abridados E Pensões Protegidas. Coordenação de Saúde Mental. Brasília, 1997.
- DE LEONARDIS, O; MAURI, D. & ROTELLI, F. Prevenir a Prevenção. In: NICÁCIO, F. (org.) Desinstitucionalização. São Paulo, Hucitec, 1990. p. 65- 87.
- DELL'ACQUA, G. & MEZZINA, R. Resposta à crise: estratégia e intencionalidade Da intervenção no serviço psiquiátrico territorial. In: DELGADO, J.(org.) A Loucura na sala de jantar. São Paulo, 1991. p. 53-79.
- FOUCAULT, M. La folia e la società. In: PANDOLFI, A (a cura di) Archivio Foucault: interventi, colloqui, interviste. Volume III. Milano, Feltrinelli, 1998. p. 64-84.
- FURTADO, J.; PACHECO, R. Moradias extra-hospitalares em Campinas: Reflexões sobre uma experiência. In: DELGADO, P. et al.(org.) O campo da atenção psicossocial. Anais do I Congresso de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1997. P. 85-94.
- GOLDBERG, J. Clínica da Psicose: um projeto na rede pública. Rio de Janeiro, Te Corá & Instituto Franco Basaglia, 1994.
- KINKER, F.S. Trabalho como produção de vida. In: Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 8, n. 1, p.42-8, jan./abr., 1997.
- LIMA, E.M.F. A Clínica e Criação - A Utilização de Atividades em Instituições de Saúde Mental. São Paulo: 1997. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Mackinnom - A Entrevista Psiquiátrica MANGIA, E.F.; OLIVER, F.C. & MARCONDES, F.D. Juqueri: transformação Impossível. In: Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.1, n.1, p. 5-10, Ag.,1990.
- MEIHY, J.C.S.B. Manual de História Oral. São Paulo, Loyola, 1996.
- MELMAN, J. Repensando o cuidado em relação aos familiares de pacientes com Transtorno mental. São Paulo: 1998. Dissertação (mestrado) - Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP.
- NICÁCIO, F. O Processo de Transformação da Saúde Mental em Santos: Desconstrução de saberes, instituições e cultura. São Paulo: 1994. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NICÁCIO, F. Proyectos de inserción en el trabajo: producción de autonomía, Itinerarios de ciudadanía. 1998. 22p. (mimeo).
- NICÁCIO, F. & KINKER, F. Construindo a Cooperativa Paratodos. In: CAMPOS, F.C.B.; HENRIQUES, C.M.P. (org.) Contra a maré, à beira mar: a experiência do SUS em Santos. São Paulo, Scritta, 1996. p.121-131.
- ONGARO BASAGLIA, F. Tutela, diritti e disuguaglianza dei bisogni. In: GIANNICHECKA, M.G.; ONGARO BASAGLIA, F. (org.) Psichiatria, Tossicodipendenze e Perizia. Milano, Centri Studi e Iniziative per la Riforma dello Stato, 1987. p.38-52.
- OPAS Reestruturação da assistência psiquiátrica: bases conceituais e caminhos para sua implementação. Memórias da Conferência para a reestruturação da assistência psiquiátrica. Brasília, 1992.
- ROTELLI, F. Instituição Inventada. In: NICÁCIO, F. (org.) Desinstitucionalização. São Paulo, Hucitec, 1990. p. 89-99.
- ROTELLI, F. Otto piú otto principi: per una strategia de psichiatria comunitaria, Collettiva, territoriale. In:ROTELLI, F. Otto. Per la normalità. Trieste, Ed. E, 1995. 84-95.
- SARACENO, B. La fine dell' intrattenimento: manuale di riabilitazione psichiatrica. Milano, ETASLIBRI/RCS Medicina, 1995.
- SARACENO, B. A concepção de reabilitação psicossocial como referencial para As intervenções terapêuticas em saúde mental. In: Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.9, n. 1, p.26-31, jan./abr., 1998.
- STARAGE, F. & GRITTI, P. 'Social Network' and 'Social Support': experiences And Prospects for Intervention. In: Rev. Per La Salute Mentale, v.4, p.211-5, 1987.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG4026&codcur=17200&codhab=4>

## Anexo 6 – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DO  
CURSO DE BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL  
JULHO DE 2015

### **Terapia Ocupacional em Saúde Mental**

6 créditos teóricos

EMENTA: 1. História da Loucura e a Reforma psiquiátrica. 2. Conceitos de sofrimento mental e transtorno mental. 3. Noções de Psicopatologia. Saúde Mental e Sociedade. 4. O sofrimento mental e a vida cotidiana. 5. Principais abordagens teóricas da atenção psicossocial. 6. Política Nacional de Saúde Mental e Serviços de Atenção Psicossocial. 7. Núcleo da Terapia Ocupacional no Campo da Saúde Mental: inserção e referenciais teórico-metodológicos. 8. Avaliação, identificação de necessidades e construção de diagnóstico em Terapia Ocupacional. 9. Raciocínio narrativo e relacional como base procedimental. 10. Especificidades da Terapia Ocupacional na saúde mental infantojuvenil, na atenção às pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas e às pessoas com transtornos mentais. 11. Intervenções com famílias. 12. Possibilidades de intervenção nos diferentes serviços, níveis de atenção em saúde e intersetorialidade. 13. Terapia Ocupacional na geração de trabalho e renda em saúde mental. 14. Prática baseada em evidências e singularidades dos sujeitos.

OBJETIVO: Possibilitar aos estudantes o reconhecimento do Campo da Saúde Mental e da atuação da Terapia Ocupacional considerando as complexidades do campo, das relações sociais e políticas e a singularidade dos sujeitos em seus contextos de vida.

## Anexo 7 – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Nome do Componente Curricular (UC): <b>Terapia Ocupacional em Saúde Mental</b>	
Período/turno: Vespertino Termo ou Série: 6º Tempos	
Carga horária total: 80 horas	
Carga Horária p/ prática: 30horas	Carga Horária p/ teórica: 50 horas
<p>Objetivos</p> <p>Geral:</p> <p>O módulo tem como objetivo problematizar a prática da Terapia Ocupacional na área da Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, produzindo uma reflexão crítica sobre os processos de institucionalização e desinstitucionalização, sobre a noção de sofrimento psíquico e sobre a prática da TO. em cada um dos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial.</p> <p>Específicos:</p> <p>Ao final do módulo o aluno deverá estar apto a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer as várias dimensões que a experiência da loucura assumiu durante a história;</li> <li>Compreender o lugar ocupado historicamente pela TO no campo da Saúde Mental;</li> <li>Conhecer as várias experiências de reforma psiquiátrica do pós-guerra;</li> <li>Conhecer e refletir criticamente o processo de reforma psiquiátrica no Brasil;</li> <li>Conhecer a concepção e a prática das ações e serviços instituídos a partir da reforma psiquiátrica;</li> <li>Refletir sobre as estratégias de reabilitação psicossocial;</li> <li>Conhecer e refletir sobre o lugar da TO no contexto dos novos serviços e sobre as tecnologias utilizadas por ela;</li> <li>Refletir sobre a importância do trabalho em equipe interdisciplinar;</li> <li>Refletir sobre as possibilidades da intervenção da TO nas dimensões da Ação e do Cotidiano nos territórios de existência;</li> </ul>	
<p>Ementa</p> <p>História da loucura; O tratamento moral no contexto de surgimento da psiquiatria e da sociedade disciplinar; A contradição psiquiátrica; os processos de Institucionalização; As reformas psiquiátricas do pós-guerra; Desinstitucionalização como perspectiva prático-teórica; Princípios e diretrizes da reforma psiquiátrica brasileira; Dispositivos dos serviços territoriais e comunitários: a construção de projetos terapêuticos/ de vida, o papel das referências terapêuticas, a inserção no território, a tomada de responsabilidade, os projetos de inserção no trabalho, os projetos intersetoriais e culturais, o sentido da hospitalidade integral e o direito de ser acolhido, grupos e oficinas terapêuticas; História da inserção da T.O. nas instituições psiquiátricas; Laborterapia, oficinas protegidas: uma visão crítica; Novas práticas de inserção social: novos diálogos com a experiência do trabalho; T.O. e reabilitação psicossocial; A inserção da T.O nos novos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial: CAPS, Residências Terapêuticas, Centros de Convivência, Unidades de Atenção Básica, consultórios de rua, NASF; Trabalho em equipe, universo do trabalho interdisciplinar.</p>	



<p style="text-align: center;">Conteúdo Programático</p> <p>Imaginário da loucura;          História da Loucura;          Tratamento Moral;          Instituições totais;          Reformas psiquiátricas no mundo;          Reforma psiquiátrica no Brasil;          Perspectiva teórica da desinstitucionalização;          Estratégias de reabilitação psicossocial;          Papel dos serviços territoriais e comunitários de saúde mental;          Atuação da TO em cada um dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial;          Ação e cotidiano como dimensões da atuação da TO no território;</p>
<p>Metodologia de Ensino Utilizada</p> <p>ATIVIDADES: TEÓRICA          ATIVIDADES: PRÁTICA          ATIVIDADES: DISCUSSÃO EM GRUPO          ATIVIDADES: SEMINÁRIO          ATIVIDADES: ESTUDO DIRIGIDO          ATIVIDADES: SITUAÇÃO PROBLEMA          ATIVIDADES: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO          CENÁRIOS: ANFITEATRO/SALA DE AULA          CENÁRIOS: CAPS</p>
<p>Recursos Instrucionais Necessários</p> <p>Computador          Projetor Multimídia          Internet          Livro Texto          Bibliografia Atualizada          Quadro Negro</p>
<p>Crêterios de Avaliação</p> <p>Avaliação continuada por meio dos seguintes dispositivos: produções escritas individuais (ensaios reflexivos articulando as questões teóricas e a experiência), apresentação de seminários em grupo, diários de campo de visitas aos serviços, estudos de casos. Participação e envolvimento do aluno. Auto-avaliação e avaliação do módulo.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>Básica:          AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.</p> <p>BASAGLIA, F. (org.). A instituição negada. Trad. Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Graal, 1985.          KINOSHITA, R. T. Em busca da cidadania: Desinstitucionalização de um hospital psiquiátrico. In: BRAGA CAMPOS, F. C.; HENRIQUES, C. M. P. (Orgs.). Contra a maré à beira-mar: A experiência do SUS em Santos. São Paulo: Scritta, 1996. p. 39-49.          SARACENO, B. Libertando identidades: Da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Trad. Lúcia Helena Zanetta, Maria do Carmo Rodrigues Zanetta, Williams Valentini. Revisão técnica: Ana Maria Fernandes Pitta. Belo Horizonte: Te Corá – Instituto Franco Basaglia, 1999. 176 p.</p> <p>Complementar:          AMARANTE, P. (Org.). Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro:</p>

- SDE/ENSP, 1995.
- BARNES, M.; BERKE, J. Viagem através da loucura. Trad. Sonia Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, [198-?].
- CASTEL, R. A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- COSTA, J. F. História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda.
- CUNHA, M.C.P. República, loucura e controle social. In: CUNHA, M.C.P. Cidades da ordem: a doença mental na república. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FENERIC, S.R.G.; PEREIRA, W.A.B.; ZEOULA, F. M. Saúde mental e programa de saúde da família: percepções do agente comunitário de saúde. *Psicol. hosp. (São Paulo)* v.2 n.2 São Paulo dez. 2004 [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-74092004000200011&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-74092004000200011&script=sci_arttext)
- FOUCAULT, M. História da loucura na idade clássica. 8. ed. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- KINKER, F. S. Trabalho como produção de vida. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 8(1): 42-8, 1997.
- KINKER, F.S. (2014). Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia. *Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar*. São Carlos, v.22, n.1, p. 49-62. Jan.-mar.
- LIMA, E. A. (2004). Oficinas, laboratórios, ateliês, grupos de atividades: dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. São Paulo. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/nucleodesubje>tividade/Textos/beth/oficinas.pdf> Acesso em: 20 set. 2014.
- MOREIRA, M. I. B.; ANDRADE, A. N. Habitar a cidade: análise de serviços residenciais terapêuticos. *Psicol. Soc.* vol.19 no.3 Porto Alegre Sept./Dec. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000300008&script=sci_arttext)
- NICÁCIO, F. Utopia da realidade: Contribuições da desinstitucionalização para a invenção de serviços de saúde mental. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- PEREIRA, J. F. O que é loucura. São Paulo, Brasiliense, 1985 (Col. Primeiros Passos).
- VICENTIN, M.C.G. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*. V.17, n 1, p. 10-17. Jan./abril. 2006

## Anexo 8 – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

SAÚDE MENTAL					
DEPARTAMENTO: Terapia Ocupacional					
Nº de h/a teórica:	Nº de h/a Prática:	Nº de h/a AD	Nº de h/a APC	Total (h/a) Semestrais	Nº de h/a Semanais:
30	0	-	-	30	2

### EMENTA

Estudo do aparelho psíquico, suas funções, etiopatogenia e sintomatologia das mais importantes manifestações psíquicas, da infância à fase adulta.

### BIBLIOGRAFIA

#### Básica

AJURIAGUERRA, J. *Manual de Psiquiatria Infantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Masson do Brasil, 1980.

AMARANTE, P. (Coord.); LIMA, R. (Coord.). *Loucos por diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

ASSUMPCÃO Jr. F.B. *Psiquiatria da infância e da adolescência*. São Paulo: Santos, 1994.

KAPLAN, H.I; SADOCK, B.J; GREB, J.A. *Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Trad. Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

#### Complementar

BENETTON, J. *Trilhas Associativas: Ampliando subsídios metodológicos à Clínica da Terapia Ocupacional*. Campinas: Arte Brasil Editora/UNISALESIANO, 2006.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. R.C. *Terapia ocupacional - fundamentação e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CESARINO, A. C. *Uma experiência de saúde mental na prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGIAS. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DEJOURS, C. *"A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho"*. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

FOUCAULT, M. *A constituição histórica da doença mental*. *Doença Mental e Psicologia*. 2. ed. Trad. Lilian Rose Shalders. R.J. Tempo Brasileiro, 1984. p. 75 - 87.

LANCMAN, S. *Loucura e espaço urbano*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1999.

LAURIDSEN-RIBEIRO, E.; TANAKA, O.Y. (orgs). *Atenção em Saúde Mental para crianças e adolescentes no SUS*. São Paulo: Hucitec, 2010.



- NASCIMENTO, B. A. **Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. Dissertação de mestrado.
- LUSSI, I.A.O., MATSUKURA, T.S., HAHN, M.S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, v.34, n.2, p.284-290, 2010.
- NUNES E.P.; BUENO J.R.; NARDI A.E. **Psiquiatria e Saúde Mental: conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais**. São Paulo: Atheneu; 2001.
- PITTA, A.M.F. (org). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- ROTELLI, F.; LEONARDIS, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização, uma outra via. In: **Desinstitucionalização** São Paulo: Hucitec, 1990.
- PITTA, A (org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1996. São Paulo.
- SARACENO, B. **Libertando identidades – Da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Trad. Lúcia Helena Zanetta, Maria do Carmo Zanetta e Willians Valentini. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Te Corá Editora / Instituto Franco Basaglia, 1999.
- SOARES, L. B. T. **Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GONÇALVES, A.M., SENA, R.R.. A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. **Rev. Latino-am Enfermagem**, 2001 março; 9 (2): 48-55.
- SILVA, V. A. da. **A história da Loucura: Em busca da saúde menta**. Rio de Janeiro: Tecnoprint Ltda, 1979.
- BERCHERIE, P. **Os fundamentos da Clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FOUCAULT, M. **A Grande Internação**. In: FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva; 1978, p. 45-78.
- TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.9 (1):25-59, jan/abr, 2002.
- MÂNGIA EF. Contribuições da abordagem canadense "prática de Terapia Ocupacional centrada no cliente" e dos autores da desinstitucionalização italiana para a terapia ocupacional em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.13, n.3, p.127-34, set./dez. 2002.

TERAPIA OCUPACIONAL NA ATENÇÃO A DEPENDENTES QUÍMICOS					
DEPARTAMENTO: Terapia Ocupacional					
Nº de h/a teórica:	Nº de h/a Prática:	Nº de h/a AD	Nº de h/a APC	Total (h/a) Semestrais	Nº de h/a Semanais:
15	0	-	-	15	1

### EMENTA

Estudo do uso de drogas; conceitos básicos e classificação das drogas de abuso; neurobiologia das dependências de drogas. Estratégias de intervenção por drogas específicas, abordagem de redução de danos; intervenções da terapia ocupacional na atenção a dependentes químicos: a) o acesso à experiência criativa; b) desempenho ocupacional – avaliação e reorganização do cotidiano; c) grupos terapêuticos ocupacionais; populações específicas: a) adolescentes e jovens; b) mulheres; c) idoso.

### BIBLIOGRAFIA

#### Básica

FIGLIE, N.B.; BORDIN, S.; LARANJEIRA, R. (org). **Aconselhamento em dependência química**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2010. 674 p.

DIEHL, A; CORDEIRO, D.C.; LARANJEIRA, R (orgs). **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. São Paulo: Artmed. 2011. 528 p.

BARROS, M.R.M; RODRIGUES, M.R. Terapia ocupacional aplicada à dependência química. In: DIEHL, A; CORDEIRO, D.C.; LARANJEIRA, R (orgs). **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. São Paulo: Artmed. 2011. CD-ROM.

#### Complementar

SILVA, S.L. **Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack**. Dissertação (Mestrado), 2000. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

DUARTE, P.C.A.V; STEMPLIUK, V.A.; BARROSO, L.P. (Org.). **Relatório brasileiro sobre drogas**. Brasília: SENAD. 2009. 362 p.

NERY FILHO, A.; MACRAE, E.; TAVARES, L.A.; REGO, M. (Org.) **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas**. Coleção Drogas: Clínica e Cultura. Salvador: CETAD/UFBA, 2009. 306 p.

PEREIRA, P.E. **“Aí! Tá me tirando?!” – o que dizem jovens pobres de São Carlos sobre si mesmos e a temática das drogas**. 2012. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 133f.

WILLIAMS, Anna Virginia; MEYER, Elisabeth; PECHANSKY, Flavio. Desenvolvimento de um jogo terapêutico para prevenção da recaída e motivação para mudança em jovens usuários de drogas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 23, n. 4, Dec. 2007.

<b>TERAPIA OCUPACIONAL NA ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO</b>					
<b>DEPARTAMENTO: Terapia Ocupacional</b>					
<b>Nº de h/a teórica:</b>	<b>Nº de h/a Prática:</b>	<b>Nº de h/a AD</b>	<b>Nº de h/a APC</b>	<b>Total (h/a) Semestrais</b>	<b>Nº de h/a Semanais:</b>
30	0	-	-	30	2

## **Anexo 9 – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

### **Psicopatologia Para A Terapia Ocupacional (30 hs)**

**EMENTA:** Fundamentação histórica da psiquiatria. conceituar e reconhecer os principais sintomas psicopatológicos e síndromes psiquiátricas com seus respectivos tratamentos psicofarmacológicos. enfatizar os transtornos invasivos de desenvolvimento, psicóticos, de ansiedade, de humor, somatoformes e as dependências químicas.

### **Sociedade e Loucura (30hs)**

**EMENTA:** Historicidade da doença mental desde a Idade Clássica até a atualidade, evidenciando os principais marcos de mudança na assistência ao portador de sofrimento mental.

## Anexo 10 – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Informações Gerais		
<b>Código e Nome</b> TEO0018 - TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL I		
<b>Departamento</b> DEPTO. DE TERAPIA OCUPACIONAL	<b>Tipo de atividade</b> Disciplina	<b>Créditos</b> 4
<b>Carga horária (horas-aula)</b> Prática: 15 Teórica: 45 Total: 60	<b>Encargo didático</b> não consta horas-aula	
<b>Objetivos</b> Conhecer o campo da saúde mental e as possibilidades de atuação profissional neste campo; Conhecer a história das políticas públicas em SM e a inserção da TO; Conhecer a rede de atenção psicossocial; Conhecer questões específicas da saúde mental infanto-juvenil; Conhecer a política de redução de danos; Conhecer as práticas de cuidado da terapia ocupacional na assistência no campo da saúde mental infanto-juvenil.		
<b>Ementa</b> · INTRODUÇÃO AO CAMPO DA SAÚDE MENTAL · REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) E O CAMPO DA SAÚDE MENTAL · SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL · GÊNERO E SAÚDE MENTAL · ATUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL		
Informações da disciplina no curso		
<b>Curso</b> 212 - Terapia Ocupacional	<b>Papel da disciplina no curso</b> Obrigatória	
<b>Tipo de nota</b> Nota Numérica	<b>Nota mínima para aprovação (após o exame)</b> 5	<b>Nota máxima</b> 10
<b>Período ideal no curso</b> 5	<b>Frequência mínima</b> 75% da carga horária total	



### 🔍 Informações Gerais

#### Código e Nome

TEO0023 - TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL II

#### Departamento

DEPTO. DE TERAPIA  
OCUPACIONAL

#### Tipo de atividade

Disciplina

#### Créditos

4

#### Carga horária (horas-aula)

Prática: 15

Teórica: 45

Total: 60

#### Encargo didático

não consta horas-aula

#### Objetivos

Proporcionar ao estudante a elaboração de repertório de estratégias clínico-ético-políticas, no que pertine ao cuidado terapêutico ocupacional junto à pessoa com sofrimento mental; Aprender a elaborar um projeto terapêutico singularizado de atenção em saúde mental. Contextualizar e desenvolver reflexões sobre as dimensões e o impacto no desempenho ocupacional de sujeito com adoecimento mental; Sensibilizar o educando para a questão da saúde mental e o papel do terapeuta ocupacional frente às demandas do usuário dos serviços de saúde mental na perspectiva da reforma psiquiátrica.

#### Ementa

- APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA: EIXO HISTÓRICO
- EIXO COMPLEXIDADE E CLÍNICA
- EIXO POLITICAS PÚBLICAS, GARANTIA DE DIREITOS E CIDADANIA
- EIXO REDES DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
- EIXO REPERTÓRIOS SÓCIO-PRÁTICOS

### 🔍 Informações da disciplina no curso

#### Curso

212 - Terapia Ocupacional

#### Papel da disciplina no curso

Obrigatória

#### Tipo de nota

Nota Numérica

Nota mínima para aprovação (após o exame)

5

Nota máxima

10

#### Período ideal no curso

6

Frequência mínima

75% da carga horária total

## Anexo 11 – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNICISAL)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS  
Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional

### 3º ANO

#### Terapia Ocupacional em Saúde Mental (60h)

##### *Ementa:*

O conhecimento das transformações no cuidado em saúde mental como aportes para a compreensão teórica e técnica que fundamentam a atuação prática da Terapia Ocupacional na perspectiva da atenção psicossocial.

##### *Objetivo:*

Conhecer o desenvolvimento e fundamentos teórico-práticos em saúde mental, articulando-os com as transformações do cuidado que fundamentam a Terapia Ocupacional e suas tecnologias de cuidado aplicadas ao sujeito em sofrimento mental. Possibilitar o conhecimento e a análise sobre a atenção em Terapia Ocupacional nas instituições inovadoras de saúde mental, enfocando o quadro conceitual, as modalidades de atenção, os atores e as inovações práticas.

##### *Conteúdo Programático:*

A Terapia Ocupacional na Atenção Psicossocial;  
O uso da atividade como recurso terapêutico em saúde mental;  
Acesso, Acolhimento e Acompanhamento no cuidado em Saúde Mental;  
A Terapia Ocupacional nos serviços territoriais: principais proposições práticas e teóricas;  
Reabilitação Psicossocial e Terapia Ocupacional: conceitos e modelos para a construção de novas abordagens;  
A Reabilitação Psicossocial como Estratégia nos Processos de Vulnerabilidade e Marginalização;  
O cuidado com as pessoas em sofrimento mental e os dispositivos técnicos da Terapia Ocupacional;  
A História de vida como instrumento de análise e de intervenção;  
Projeto Terapêutico Singular;  
Oficinas Interdisciplinares no cuidado em saúde mental;  
Dispositivos de cuidado em saúde mental;  
Os sujeitos e os espaços do cuidado;  
As estratégias de cuidado;  
Interdisciplinaridade e a Intersetorialidade em saúde mental;  
Redes de apoio social;  
Procedimentos de saúde mental sob a ótica do Ministério da Saúde;  
A Terapia Ocupacional na Gestão de serviços de Saúde Mental;  
O trabalhador de saúde mental: entre a alegria do cuidado e o cuidado para não adoecer.

##### *Bibliografia Básica:*

MÂNGIA, E. E; NICÁCIO, F. Terapia Ocupacional em Saúde Mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). *Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Plexus Editora, 2001.  
RIBEIRO, M. C.; MACHADO, A. L. A terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. *Rev Ter Ocup USP* 2008; 19(2):72-5. Acesso em: 12.12. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14031/15849>  
SAMEA, M. O dispositivo grupal como intervenção em reabilitação: reflexões a partir da prática em Terapia Ocupacional. *Rev Ter Ocup USP* 2008; 19(2): 85-90. Acesso em 09.01.2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14033/15851>

*Bibliografia Complementar:*

- MERHY E. Os CAPS e seus trabalhadores: no olho do furacão antimanicomial. Alegria e Alívio como dispositivos analisadores. In: Amaral H, Merhy EE, organizadores. A reforma psiquiátrica no cotidiano II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; 2007. p.55-66. Acesso em 09.01.2015. Disponível em: <http://www.eeaac.uff.br/professores/merhy/capitulos-08.pdf>
- NASCIMENTO BA. O mito da atividade terapêutica. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 17-21, 1990.
- RIBEIRO MC, BEZERRA WC. A reabilitação psicossocial como estratégia de cuidado: percepções e práticas desenvolvidas por trabalhadores de um serviço de saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.26, n.3, p. 301-8, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p301-308>
- SARACENO B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: Pitta AMF, organizadora. Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec; 1996. p.13-8.
- SCHMIDT MB, FIGUEIREDO AC. Acesso, acolhimento e acompanhamento: três desafios para o cotidiano da clínica em saúde mental. Rev. Latinoame. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 130-40, 2009. Acesso em 09.01.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n1/a09v12n1>